

NATÁLIA ANDRADE CARVALHO

EM BUSCA DO “CREDO VERMELHO”: OPERAÇÃO LIMPEZA E “SUBVERSÃO”
NA ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO LOGO APÓS O GOLPE DE 1964.

MARIANA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS / UFOP
2011

NATÁLIA ANDRADE CARVALHO

EM BUSCA DO “CREDO VERMELHO”: OPERAÇÃO LIMPEZA E “SUBVERSÃO”
NA ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO LOGO APÓS O GOLPE DE 1964.

Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: Mateus Henrique de Faria Pereira

MARIANA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS / UFOP

2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Professor Mateus H. de Faria Pereira, por ter acreditado na realização desta pesquisa, pelas correções, pelo incentivo, e por ter me proporcionado a experiência da monitoria.

Ao Professor Jefferson Queler, pelas sugestões que muito me ajudaram na confecção desta pesquisa. Ao Mauro Teixeira pelas prazerosas aulas sobre Ditadura Militar e a todos os demais professores do DEHIS, pelo ensino de qualidade. Grupo de estudos “Brasil contemporâneo” pelas discussões.

Aos meus familiares pelo apoio e amor incondicional, em especial, pai, mãe, Paula e Vitória. Meu avô Ary (*in memoriam*), pelo exemplo da leitura. Rafael, pela compreensão, paciência e horas de dedicação.

Aos amigos do ICHS, pelas tantas conversas e momentos de distração. Às “Meninas Gerais”, pela amizade e por se alegrarem com as minhas conquistas.

A todos vocês, meus sinceros agradecimentos.

“Em sua vontade de conhecer e de compreender o desenrolar da aventura humana através do tempo, não é afinal inútil que ele se lembre de que há portas que não poderá jamais forçar, de que há limites que não poderá jamais transpor...”¹

GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*. 1987. P.24.

RESUMO

Esta pesquisa monográfica tem como objetivo explicitar como algumas noções de *Segurança Nacional* perpetradas durante o regime militar (1964-1985) repercutiram não só na sociedade alterando a sua constituição, mas também nas Instituições de Ensino Superior. Pretende-se demonstrar como a questão do “anticomunismo”, do “inimigo interno”, e da “operação limpeza” serviu como argumento capaz de legitimar a criação de uma “Comissão de Inquérito”, responsável por investigar os chamados “subversivos” na Escola de Minas de Ouro Preto. Malgrado sua própria existência, esta agia de modo contrário aos princípios da democracia e da liberdade, intimando e interrogando os considerados “subversivos”. Almeja-se ainda evidenciar que as acusações infligidas sobre estes foram embasadas sobretudo no “imaginário anticomunista”. A pesquisa foi possível devido ao acesso a documentação produzida pela própria “Comissão de Inquérito”, durante o período incruento de suas investigações.

Palavras Chave: Comissão de Inquérito, Anticomunismo, Subversão.

ABSTRACT

This monograph research aims to explain how some notions of *National Security* perpetrated during the military regime (1964-1985) had repercussions not only in society changing its constitution, but also in College Institutions. This monograph intend to demonstrate how the issue of "anti communism", the "enemy within", and the "cleaning operation" served as an argument that could legitimize the creation of a "Commission of Inquiry", responsible for investigating the so-called "subversives" in School of Mines of Ouro Preto. Despite its very existence, this acted in a contrary manner to the principles of democracy and freedom, intimating and questioning those considered "subversive." It also aims to evidence that the charges imposed on these were based primarily on the "anti communism imaginary." The research was possible due to accession to documents produced by the "Commission of Inquiry," during the bloodless period of their investigation.

Keywords: Comission of Inquiry, Anti Comunism, Subversion.

Sumário

| | |
|--|-----------|
| Introdução | 6 |
| Capítulo 1. O episódio de 1964, a “operação limpeza” e o governo de João Goulart. | 11 |
| Capítulo 2. A “Comissão de Inquérito” da Escola de Minas de Ouro Preto: criação, consolidação e inquirições | 25 |
| 2.1 A formação da “Comissão de Inquérito” na Escola de Minas de Ouro Preto. | 25 |
| 2.2 A comissão em “ação” | 31 |
| 2.2.1- Distribuição de Questionários e Circulares..... | 31 |
| 2.2.2- Contato com a Polícia de Ouro Preto..... | 34 |
| 2.2.3 A Comissão e o DOPS | 36 |
| 2.2.4 As intimações | 38 |
| 2.2.5 Cartas a “douta” Comissão..... | 39 |
| Capítulo 3. O imaginário anticomunista e os interrogatórios. | 47 |
| 3.1 De frente com a Comissão: arguição oral. | 47 |
| 3.2. A UNE | 53 |
| 3.3 Um episódio “provocante”: os pichamentos..... | 59 |
| 3.4 A JUC | 60 |
| Considerações Finais | 65 |
| Referências Bibliográficas: | 67 |
| ANEXO I | 69 |
| ANEXO II | 71 |
| ANEXO III | 73 |

Introdução

O golpe de 1964 foi articulado por um grupo heterogêneo, composto tanto por civis (empresários, governadores, parte da classe média) como por militares (oficiais-generais, oficiais superiores), esses se uniram constituindo certa unidade na tentativa de impedir o processo de incursão das esquerdas no cenário político brasileiro, pois a crescente representatividade e políticas pretendidas ameaçavam a estabilidade e a “ordem” do país.

Este representou sobretudo ruptura com o sistema legal de governo, presidencialista, cujo representante eleito era João Goulart, isto é, com um regime instituído democraticamente. Inaugurou-se, assim, a partir deste episódio, uma fatídica parte da história brasileira, conhecida por Ditadura Militar, que foi marcada pelo autoritarismo e atrocidades cometidas, ela perdurou legalmente durante vinte e um anos, de 1964 a 1985.

Nota-se que após a deflagração do golpe civil-militar, em 1964, medidas repressivas foram adotadas a fim de que se expurgassem os elementos tidos como “subversivos” dos diversos âmbitos da sociedade.

Pode-se dizer que a consolidação de um regime autoritário, no Brasil, repercutiu direta e indiretamente nas universidades, escola de ensino superior e secundária, isto é, nas diversas instituições ligadas a produção do *saber*, alterando as relações estabelecidas nestes *lôcus*.

Pretende-se nesta pesquisa analisar os desdobramentos do golpe na Escola de Minas de Ouro Preto, importante instituição de ensino superior, fundada em 1876, pelo francês Claude Henri Gorceix, na tentativa de ensinar no Brasil a pesquisa científica nos moldes do empirismo. Esta se destaca por ter sido pioneira na formação de geólogos nacionais. Segundo José Murilo de Carvalho², sua criação não se deu por motivos puramente econômicos, uma vez que não havia demanda por engenheiros de minas e geólogos em uma economia cafeeira. Mas sim, por motivos ideológicos.

É irrefutável a importância desempenhada por esta Escola no desenvolvimento da engenharia do país, principalmente nas áreas de mineralogia, metalurgia e geologia.

² CARVALHO, José Murilo. *A Escola de Minas de Ouro Preto*. O peso da glória. 2ª edição. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

Vale ressaltar que o chamado “espírito de Gorceix”³ se fez presente na Escola de Minas de Ouro Preto e foi fundamental para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa, notadamente nos anos iniciais após a sua criação, pois visava diferenciar o ensino da EMOP em face daquele que predominava nas outras instituições científicas brasileiras. Portanto a Escola,

deve ser considerada instituição fundamental para a implantação no Brasil da ciência geológica, da mineralogia, da metalurgia e do desenvolvimento tecnológico nessas áreas. Além disso, foi fator importante na implantação do espírito científico, graças à valorização da pesquisa empírica, feita na contramão da tradição livresca no país.⁴

Segundo José Murilo de Carvalho, a história institucional da Escola de Minas de Ouro Preto pode ser dividida em três momentos: “subida aos céus”, “nas alturas” e “descida aos infernos”⁵. Este último compreende os anos de 1939 a 1976, acredita-se que a EMOP experimentou neste período uma fase de conflitos internos, oriundos de uma série de dificuldades encontradas devido à necessidade de uma ampla reforma estrutural e de ensino.

Dentre este instável período, mais especificamente no ano de 1964, foi formada uma “Comissão de Inquérito” por decreto do Ministro da Educação e Cultura. As ações e as políticas perpetradas por esta Comissão produziram a documentação que se pretende analisar.

Assim como na Escola de Minas, logo após o golpe, viu-se também instaurar uma Comissão similar na Universidade de São Paulo (USP)⁶, na tentativa de investigar os professores e alunos considerados “subversivos”. Embora ambas tenham se constituído a partir do mesmo anseio punitivo, é importante destacar as diferenças entre elas, principalmente no que tange ao modo como efetuaram as suas investigações.

³ O denominado “espírito de Gorceix” é uma referência as iniciativas e propostas pretendidas pelo fundador da Escola no que tange a inovação dos métodos de ensino e pesquisa, buscava-se introduzir um estudo que conjugasse teoria e prática. Tal “espírito” visava incentivar a criatividade dos estudantes, bem como exigia que os alunos e professores permanecessem em tempo integral na Escola .

⁴ Ibid, p.21.

⁵ Estas denominações correspondem aos títulos dos respectivos capítulos do livro: “*A Escola de Minas de Ouro Preto. O peso da glória.*”

⁶ ASSOCIAÇÃO dos Docentes da USP. *O controle ideológico na USP: 1964-1978*. São Paulo: ADUSP, 2004. Notas Gerais: Publicado originalmente em 1978 sob o título "O livro negro da USP - o controle ideológico na universidade".

O paralelo entre estas duas “Comissões” pretende evidenciar que naquele momento político pretendia-se realizar expurgos pautados mais em critérios pessoais do que motivados por razões estritamente políticas.⁷

Pretende-se também demonstrar que havia a presença de um “imaginário anticomunista”, que contribuiu para a consolidação e aceitação das políticas adotadas pela “Comissão de Inquérito” (perante os membros da EMOP e parte da comunidade ouropretana), pois propalaram a idéia de que a sociedade encontrava-se sob ameaça comunista.

O marco temporal foi delimitado devido à própria datação dos documentos, que se referem aos meses subseqüentes (abril e maio) após a consolidação do governo golpista. Considerando que o momento de criação da “Comissão de Inquérito” corresponde ao segundo período de efervescência anticomunista (1961-1964)⁸, acredita-se que tal aspecto manifestou-se em setores da sociedade ouropretana, mobilizando parte dela na luta contra o “perigo vermelho” que poderia assolar os considerados valores tradicionais: a família, a propriedade e a religião.

Acredita-se que a instauração de tal Comissão de Inquérito dentro da Escola de Minas, cerceou, de algum modo, a liberdade de expressão daquela comunidade estudantil, influenciando no seu cotidiano, limitando as discussões de cunho político nos quadros daquela Escola.

É preciso ressaltar que existem poucos estudos sobre estas Comissões de Sindicância⁹ que foram mandadas instaurar no intuito de investigar possíveis crimes contra o estado e a ordem, mas sabe-se que estas atuaram logo após o golpe civil-

⁷ Embora se trate de instituições diferentes, onde as relações de poder estabelecidas são peculiares, a comparação permite vislumbrar que o objetivo de ambas era o mesmo: expurgar os elementos considerados “subversivos” daqueles respectivos quadros.

⁸MOTTA, Rodrigo P. Sá. “*Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. Está periodização foi delimitada nesta obra, segundo o autor houve duas “ondas” anticomunistas no Brasil, a primeira entre 1935-1937, e a segunda de 1961-1964.

⁹ Segundo Rodrigo P. Sá: “Ainda em abril de 1964, o ministro da Educação do novo governo determinou que as Universidades deveriam estabelecer comissões de sindicância para apurar “crimes contra o Estado” e “atos atentatórios à segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública”. Não existe levantamento preciso dos resultados desses expurgos, mas sabe-se que a severidade variou dependendo do lugar (provavelmente o maior expurgo se deu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que demitiu 17 docentes. Cf. *Universidade e Repressão*: os expurgos na UFRGS, 1979). Porém, deve ser considerado que paralelamente às sindicâncias nas Universidades ocorriam prisões e processos judiciais.” MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Rev.Topoi*, Rio de Janeiro: v. 9, n. 16, p.64, 2008.

militar, diferentemente das AESI (Assessorias Especiais de Segurança e Informações)¹⁰ que foram instaladas posteriormente, a partir de 1971.

Para os órgãos de informação e segurança, a universidade representava um núcleo disseminador de idéias subversivas, uma vez que a maioria dos militantes opositores a ditadura militar foram recrutados ali. Não obstante, é importante ressaltar o papel desempenhado pela tecnocracia no governo militar, pois a formação de técnicos era vista como essencial para o desenvolvimento do país.¹¹

Embora a repressão¹² praticada por estas “Comissões de Inquérito” tenda a ser classificada como diminuta em face das conhecidas torturas físicas que foram infligidas aos presos políticos pelos órgãos de segurança e informações, faz-se igualmente necessário analisá-la, pois propiciou sobretudo um clima de inseguranças e tensões experimentadas por professores, alunos e funcionários no âmbito universitário. O objetivo é demonstrar que desde os primeiros meses, subseqüentes ao golpe, já havia a ocorrência de ações repressivas até mesmo no âmbito educacional.

O trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro trata-se de explicitar que as noções de “anticomunismo”, “inimigo interno” e “operação limpeza” estiveram presente no contexto pré e pós-golpe, contribuindo para legitimar a importância de um estado autoritário. Discuto ainda algumas questões relativas ao governo deposto. No segundo, apresento a “Comissão de Inquérito”, os motivos de sua criação, o modo como foi instaurada e seus planos de trabalho. No terceiro analiso alguns interrogatórios que foram procedidos pela “Comissão de Inquérito”, tendo como eixo conceitual o anticomunismo.

A documentação utilizada encontra-se acondicionada no Arquivo Permanente da Escola de Minas (APEM)¹³, tendo sido liberada recentemente para pesquisa. Esta contém várias espécies documentais que compiladas produzem um conjunto documental

¹⁰ A imposição de tais AESI no cerne das universidades também provocou uma alteração na sua dinâmica interna. Com a instituição deste órgão, o sistema de informações passou a contar com uma espécie de “filial” no âmbito universitário. A AESI foi citada no intuito de esclarecer ao leitor que em momentos posteriores as universidades públicas continuaram sendo alvo de instalações de órgãos assessores do governo. Sobre este tema ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Rev.Topoi*, Rio de Janeiro: v. 9, n. 16, p.30-67, 2008.

¹¹ Deste modo, torna-se mais fácil entender a preocupação do ministro da educação com a Escola de Minas.

¹² Entende-se, neste caso, por repressão: censura, cerceamento da liberdade e tentativa de controle ideológico.

¹³ O APEM está localizado na antiga sede da Escola de Minas e é composto por dois fundos: “Escola de Minas” e “Gorceix”. A documentação estudada pertence ao fundo “Escola de Minas” e está inserida na série “correspondência expedida”.

que permite entender desde a formação da Comissão de Inquérito, até o seu arrefecimento.

Capítulo 1. O episódio de 1964, a “operação limpeza” e o governo de João Goulart.

Após a iniciativa do General Olympio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar de Juiz de Fora (MG), de movimentar as tropas e, por conseguinte, encetar o movimento golpista, já se pode perceber a mobilização dos militares para interromper o governo legal do então presidente João Goulart. Se necessário fosse, a destituição de Jango se daria por meios violentos, através do enfrentamento de tropas. Mas, não foi preciso. Como se sabe, João Goulart exilou-se no Uruguai, optando por não resistir à ofensiva militar, e assim, concomitantemente, as possibilidades de sucesso do golpe aumentavam.

Diante da insurgência das tropas de Mourão, só restou aos demais conspiradores aderirem ao movimento golpista e efetuarem as medidas necessárias para a concretização do objetivo inicial: a tomada do poder. Portanto, o que se nota nesta conjuntura é o surgimento de uma insurreição militar que buscava tomar o poder por meios violentos, e nele permanecer como dirigente, “sendo que, nessa nova condição, o aparelho militar passa a exercer uma multiplicidade de funções políticas e administrativas”¹⁴.

É sabido que os militares autonomearam o golpe civil- militar de “revolução de 1964”¹⁵, em face desta apropriação descabida, faz-se necessário discorrer brevemente sobre o conceito de revolução. Segundo a definição formulada pelo historiador Caio Prado Jr¹⁶ no ano de 1966, logo no pós-golpe, o termo “revolução” era usado denotando emprego da força e da violência para derrubada do poder, por algum grupo social de oposição, entretanto, estes aspectos caracterizam mais o que se denomina “insurreição”. Portanto, refere-se ao processo imediato (ato) de tomada do poder por vias violentas.

“Revolução” tem o sentido intrínseco de transformação de um regime político e, portanto, de modificações nas suas estruturas políticas, econômicas e sociais, a fim de que se produza um nivelamento entre as classes sociais. Segundo Caio Prado Jr. uma

¹⁴ BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. V.4, p.20.

¹⁵ No discurso do primeiro Ato Institucional percebe-se claramente tal apropriação: “É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.” Disponível em:

¹⁶ JÚNIOR, Caio Prado. *A Revolução brasileira*. 3ª edição. São Paulo: Editora brasiliense, 1968. Nesta obra, Caio Prado Jr. faz uma análise crítica sobre o pensamento revolucionário brasileiro no contexto pré-1964.

revolução não deve tentar “ajustar” a sua realidade em paradigmas aprimorísticos. Ao contrário, faz-se necessário analisar toda a conjuntura real em que se encontram as estruturas internas do país, e, por conseguinte, as suas contradições, para que se possam encontrar as soluções plausíveis.

Os usos e discussões acerca deste conceito já se faziam presente no cenário político brasileiro anteriormente ao golpe civil-militar de 1964. É notório que as esquerdas já haviam incorporado-o ao seu jargão e tentavam aplicá-lo ao caso específico brasileiro através da interpretação da estrutura do país, a fim de que se encontrassem os meios para fazer a tal almejada “revolução brasileira” nos moldes do socialismo.

Portanto, o que houve no Brasil foi um *golpe* de caráter antidemocrático e anti-institucional deflagrado por um grupo que nem sequer possuía uma homogeneidade entre os seus integrantes e, tampouco uma estratégia sólida de governo definida previamente, como defende Fico:

Porém no que se refere a planos de governo detalhadamente estabelecidos, há consenso historiográfico sobre sua inexistência: além da ânsia punitiva, existiam, quando muito, diretrizes de saneamento econômico-financeiro traçadas por alguns ipesianos. Tudo o mais seria improvisado¹⁷.

Os mencionados ipesianos eram aqueles que integravam o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), que segundo R. Dreifuss¹⁸ foi responsável por elaborar as diretrizes básicas para a possível consolidação do golpe, bem como para a desestabilização do governo Goulart. A atuação dos ipesianos para Dreifuss teve um papel fundamental, pois foram estes que,

Tendo estimulado uma atmosfera de inquietação política, conseguiram “coordenar e integrar os vários grupos militares, conspirando contra o governo, e, de certa forma, proporcionar o exigido raciocínio estratégico para o golpe”. Seus ativistas participaram diretamente da conspiração militar.¹⁹

¹⁷ FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, p.74-75.

¹⁸ DREIFUSS, René A. *1964: A conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classes. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1987.

¹⁹ Dreifuss apud Fico. P.338.

Maria H. Alves também corrobora com a tese de René Dreifuss, de que o complexo ESG/IPES/IBAD teve importante contribuição para o planejamento e reorganização do Estado, ditando as medidas que beneficiavam os interesses do “bloco multinacional e associado”, logo, “O complexo ESG/IPES/IBAD tornou-se uma verdadeira e eficiente burocracia paralela para o planejamento de um novo Estado”.²⁰

Embora a autora atribua bastante importância ao papel que o complexo IPES/IBAD desempenhou tanto na campanha de desestabilização de Jango, como na elaboração de novas estratégias de ações governamentais, ela destaca também a atuação da Escola Superior de Guerra (ESG) como precursora e principal teorizadora da Doutrina de Segurança Nacional, que a despeito de não ser majoritariamente conhecida foi fundamental para legitimar a imposição de um Estado autoritário. Assim, conclui-se que:

A conspiração foi levada a efeito através de instituições civis de fachada, em especial o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e estudos Sociais (IPES). A Escola Superior de Guerra coordenava as iniciativas de conspiradores civis e militares. A necessária justificação ideológica da tomada do Estado e da modificação de suas estruturas para impor uma variante autoritária foi encontrada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento ministrada na Escola Superior de Guerra.²¹

O chamado “Comando Supremo da Revolução” era composto pelos líderes do movimento golpista como o brigadeiro Francisco de Assis Correia Melo, o vice-almirante Augusto Rademaker e Arthur da Costa e Silva, eles procuraram elaborar medidas constitucionais que garantissem a continuidade do “processo revolucionário”, principalmente aquelas que lançariam as bases necessárias para a expurgação dos chamados “subversivos”. Este termo, grosso modo, era empregado para se referirem a todos que eram adeptos do marxismo e suas variadas vertentes.

O dito “Comando Supremo” tinha que tracejar algumas diretrizes básicas do movimento golpista que viria redefinir os rumos políticos do país, tais como eleger o nome do novo presidente da república e, sobretudo decretar leis que assegurariam a

²⁰ ALVES, Maria H. Estado e Oposição no Brasil (1964-1985). Petrópolis: Vozes, 1987, p.25.

²¹ Ibid, p.24.

implantação de um sistema que visava combater todo elemento considerado “subversivo”.

Tais leis foram expressas no primeiro ato institucional, conhecido por AI-1 somente após a decretação do segundo ato. O AI-1 foi promulgado no dia 9 de abril de 1964 e estava previsto para vigorar até janeiro de 1966, seu redator foi Francisco Campos. Este era composto inicialmente por um preâmbulo, e se dirigia “À Nação” da seguinte forma:

Em nome da revolução vitoriosa, e no intuito de consolidar a sua vitória, de maneira a assegurar a realização dos seus objetivos e garantir ao País um governo capaz de atender aos anseios do povo brasileiro, o Comando Supremo da Revolução, representado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica resolve editar o seguinte.²²

O AI-1 foi decretado na tentativa de legitimar a vitória da “revolução”, bem como para assegurar legalmente as pretensões repressivas do “Comando Supremo da Revolução”. Este era composto por onze artigos, nos quais se determinou: eleições indiretas para a presidência e vice-presidência da república; poder de decretação do estado de sítio; suspensão de direitos políticos; cassação de mandatos parlamentares; instauração de inquéritos e entre outros.

Amparando-se nas determinações previstas pelo artigo 8º, no qual se estabeleceu que “Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente”²³ foi possível realizar a primeira “operação limpeza” através dos IPM (Inquérito Policial Militar) que se estenderam por todo o território nacional. O decreto da Portaria N.1²⁴ determinou a abertura de tais inquéritos, uma vez que era certa a existência no país “de um clima subversivo, de caráter nitidamente comunista”

Segundo o “ato do comando supremo da revolução N. 9”²⁵ que complementa o referido artigo 8º, as devidas apurações sobre crime cometidos contra o Estado ou seu Patrimônio e a Ordem Política e Social, ou atos de Guerra Revolucionária “seriam

²² Disponível em: http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_2.htm. Acesso: 11/10/2011

²³ Ibid.

²⁴ Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/365.pdf>. Acesso: 11/10/2011

²⁵ Ibid.

precedidas por um inquérito conduzido por “encarregados” que poderiam delegar atribuições investigativas a “servidores” em qualquer ponto do país”²⁶.

Portanto, o AI-1 caracterizou-se pela predominância do autoritarismo, além de ter cassado mandatos e suprimido os direitos políticos de importantes figuras públicas, produziu um discurso que legitimava a execução da “operação limpeza” cuja finalidade última era discriminar os chamados “subversivos”.

A historiografia recente tenta analisar qual foi à base teórica que sustentou tal operação, e que produziu o discurso capaz de legitimar todas as políticas adotadas durante a Ditadura Militar. Pode-se dizer que ela se divide entre duas vertentes de análise: a “utopia autoritária” e a “Doutrina de Segurança Nacional (DSN)”.

A “utopia autoritária” segundo Carlos Fico, consolidou o discurso necessário para que se realizasse a denominada “operação limpeza”, pois ela propiciava “coerência e centralização” ao aparato repressivo. Assim, a “utopia” produzia um discurso capaz de legitimar a existência da Ditadura Militar, pois:

Ela baseia-se, ao contrário, num discurso ético-moral que deita raízes na larga tradição do pensamento autoritário brasileiro. Além disso, penso que duas dimensões caracterizariam a primeira, mais óbvia, podemos chamar de “saneadora”, e visava a “curar o organismo social” extirpando-lhe (fisicamente) o câncer do comunismo”; a segunda, de base pedagógica, buscava suprir supostas deficiências do povo brasileiro, visto como despreparado (para o voto, por exemplo) e manipulável (pelos políticos corruptos, digamos)²⁷.

Tal “utopia autoritária” refere-se a valores políticos e culturais, de ordem interna, e contribuiu para a consolidação dos militares no poder devido ao alto grau de adesão a ela. Portanto, pode-se compreender o golpe sobre o prisma da “utopia autoritária” que pressupunha o banimento de qualquer dissenso e, assim, sob o amparo de tal utopia, se pretendia realizar a “operação limpeza”.

Segundo Carlos Fico, atribuiu-se demasiada importância a Doutrina de Segurança Nacional, ele adverte sobre a restrita importância de tal doutrina e de planos de ação quando se foram implantar as políticas do governo, pois “Somente alguns

²⁶ FICO, 2004, p.73.

²⁷ Ibid, p. 112

oficiais estavam adstritos, em uníssono, aos cânones da “doutrina”²⁸. Ressalta ainda que esse conjunto sistemático de idéias nem sempre se manifestou de forma regular, sobressaindo-se alguns aspectos em detrimentos de outros:

No efetivo cotidiano dos sucessivos governos militares, porém, esse conjunto lógico e sistemático de idéias mesclou-se de diversas maneiras ou, dito de outro modo, houve momentos de diversas maneiras e/ou grupos em que certos aspectos da “doutrina” sobrepuseram-se a outros²⁹

Ela difere-se fundamentalmente da “Doutrina de Segurança Nacional” que para alguns autores³⁰, foi fundamental para implantação e manutenção do regime militar. Tal Doutrina, originária dos Estados Unidos surge num contexto de guerra fria, onde se tem um inimigo iminente: o comunismo.

Pode-se dizer que ela parte da possibilidade real de eclosão de uma guerra total, uma vez que o perigo poderia ser externo (comunismo internacional) ou interno (subversivos instalados no país), como pontua Borges: “Objetivamente, a Doutrina de Segurança Nacional é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais³¹”.

Segundo Maria Helena Alves, a DSN se articula em torno da noção de *Segurança Nacional*, e se firma como uma ideologia capaz de sustentar a idéia de que se fazia necessário criar um plano de ações contra-ofensivas, conhecido como a “Grande Estratégia”, que se subdivide em: estratégia política, estratégia econômica e estratégia psicossocial. Assim: “Dependendo de uma avaliação da conjuntura política, a Grande Estratégia deverá planejar ações contra-ofensivas especificamente destinadas a eliminar ou neutralizar os efeitos de cada um dos diferentes níveis ou graus de atividade de oposição³²”.

Nota-se que a autora se dedica a análise da “Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento” destacando a importância que esta teve na formação e consolidação da noção do Estado de Segurança Nacional, que se manteve durante toda a Ditadura Militar.

²⁸ FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.p.41

²⁹ Ibid, p.42

³⁰ Ver: Nilson Borges e Maria Helena Moreira Alves.

³¹ BORGES, 2003, p.24.

³² ALVES, 198, p.44.

Como pontuado anteriormente, tal doutrina foi adaptada e disseminada através da Escola Superior de Guerra (ESG), onde foram formados tanto militares como civis, que posteriormente vieram a exercer papel importante nos altos cargos do novo governo militar. Portanto, a ESG ou “Sorbonne” era um importante *locus* disseminador dos princípios e diretrizes determinados pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, como discorre M. H Alves:

A ESG consolidou, assim, uma rede militar-civil que institucionalizou e disseminou a Doutrina de segurança Nacional e Desenvolvimento. Esta rede, organizada na Associação dos Diplomatas da Escola Superior de Guerra (ADESG), promovia conferências, seminários, debates e cursos por todo o país, levando os princípios e doutrinas da ESG a outros protagonistas políticos civis e militares.³³

A Doutrina de Segurança Nacional desenvolvida no Brasil sob influência norte-americana e francesa se consolidava a partir da noção de que o Estado Nacional se encontrava constantemente sob ameaça de uma guerra não-declarada, na qual os “inimigos internos” podiam estar atuando em todos os âmbitos da sociedade, através da “ação indireta”, contribuindo para a descentralização do governo. Por isso, tornava-se de suma importância permanecer sob alerta em face da ameaça comunista, priorizando, assim, a “segurança interna” do país.

Segundo a autora, a DSN determinava que a atuação contra-ofensiva dos militares devesse estar vinculada, concomitantemente, ao crescimento econômico do país. Pois, se acreditava que a segurança de uma nação estava diretamente atrelada a uma política de industrialização e exploração dos recursos naturais, bem como de um desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, a fim de lograr obter adesão da população.

Nota-se que o desenvolvimento do país não visava à melhoria de vida da sociedade, mas sim, a possível emergência do Brasil como potência no mercado mundial. Portanto, a noção de segurança nacional está intimamente relacionada ao desenvolvimento econômico promovido pelo Estado, pois:

³³ ALVES, 1987, p.34.

Todavia, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento efetivamente prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos “inimigos internos” e da “guerra psicológica”. A legitimação é vinculada aos conceitos de desenvolvimento econômico e segurança interna.³⁴

Percebe-se na DSN uma constante recorrência ao anticomunismo como argumento capaz de legitimar a luta contra os “subversivos”, contra o qual os militares deveriam se empenhar para conseguirem de fato realizarem a denominada “operação limpeza”, prevista pelo Ato Institucional.

Assim, foi-se consolidando as bases de um sistema autoritário, que não obstante estivesse convencido da necessidade de expurgação de todo aquele que fosse considerado ameaça a ordem vigente, empenharam-se também em persuadir toda a sociedade sobre o perigo iminente que os “subversivos” representavam. Tal pressuposto serviu como pretexto para que o Estado pudesse institucionalizar o aparato repressivo, e através dele, realizar a dita “operação limpeza”.

Portanto, tem-se duas interpretações antagônicas entre si, aquela que analisa a sustentação e adesão dos militares a “utopia autoritária”, de origem interna e vinculada às especificidades culturais e políticas do próprio sistema brasileiro, e a outra, que interpreta a Doutrina de Segurança Nacional como um “manual”, de origem externa, que deu sustentação às políticas do governo e, em especial, às políticas repressivas, pois,

“No contexto da guerra fria e da luta anti-subversiva que servem de pano de fundo à Doutrina, o mito da guerra é um tratamento permanente e fundamental que é fortemente sentido pelos militares e passado para a sociedade. O mito da guerra e o inimigo interno permitem, portanto, ao Estado instaurar sua política repressiva, acionando os aparelhos de segurança e informação (repressivos) para exercerem seu papel “moralizador”, desmobilizando, com isso, a população³⁵”

Vale ressaltar que os grupos que articularam o golpe eram constituídos por integrantes díspares, formando uma coligação heterogênea, mas que tinham um anseio

³⁴ Ibid, p.26-27

³⁵ BORGES, 2003, p.29.

em comum: eliminar a representatividade da classe trabalhadora do cenário político brasileiro.

Segundo o historiador Daniel Aarão Reis, o que propiciou a junção de grupos tão heterogêneos entre si, para depor o governo constitucional, foi o fato de que “Tinham todos uma profunda aversão ao protagonismo crescente das classes trabalhadoras na história republicana brasileira depois de 1945.”³⁶.

Os trabalhadores começaram a ocupar um papel na sociedade até então negado pela sua condição social, eles passaram a influir na política brasileira fazendo exigências cada vez mais rigorosas, radicalizando suas posições em face de suas demandas. Assim, houve a eminente participação da classe trabalhadora clamando pelas reformas setoriais, “Ora, este próprio protagonismo, inédito, já era um prenúncio de novos tempos”³⁷.

Maria Helena Alves também destaca a notável insurgência da classe trabalhadora no âmbito político nacional, e adverte sobre a necessidade de compreendê-la tendo como referência o desenvolvimento dependente que caracterizava a economia brasileira.

Assim, a autora salienta que a partir da década de 50 houve a penetração do capital internacional no mercado brasileiro devido à cooperação das chamadas “classes clientelistas”, que compartilhavam dos mesmos interesses do capital estrangeiro, como ratifica a autora:

O desenvolvimento dependente e os específicos interesses internacionais e nacionais a ele associados formam o pano de fundo indispensável à avaliação da conspiração civil e militar que derrubou o governo constitucional de João Goulart, no Brasil, a 31 de março de 1964. Esta conspiração foi consequência direta de uma série de tendências e contradições que vinham ganhando vulto nos anos anteriores.³⁸

Segundo Maria H. Alves a destituição de Jango se deu em meio a um processo de desestabilização política, que foi propiciado devido à crescente participação de setores até então marginalizados na sociedade. Com a efetiva participação dos trabalhadores na política, exigindo suas demandas e clamando por reformas, houve a

³⁶ AARÃO, Daniel. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. 2001. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.344.

³⁷ *Ibid*, p.324.

³⁸ ALVES, 1987, p.21.

emergência de um estado de crise provinda dos conflitos de interesses entre as diferentes classes sociais, no âmbito de um desenvolvimento econômico dependente.

São muitos os fatores internos e externos que devem ser considerados na amálgama precedente ao golpe civil-militar. No que tange aos aspectos internos, nota-se que anteriormente ao golpe, desde 1945, desencadearam uma série de conjunturas complexas no Brasil, com relativo avanço participativo e legislativo das classes trabalhadoras, em meio a um contexto de urbanização e industrialização do país, onde o Estado se caracterizava por intervenções na economia, e os sindicatos emergiam a fim de representá-la. Tudo isso culminou na emergência de uma “tradição trabalhista”³⁹, que fundamentou o protagonismo desta classe.

A atuação de João Goulart na presidência da república ficou conhecida pela sua tentativa de equilibrar os interesses tanto de setores esquerdistas radicais quanto de setores mais conservadores. Entretanto, quando foi forçado a assumir uma posição, Jango resolveu se empenhar pela chamada: reformas de base. Assim, após radicalizar sua posição, findaram-se os seus apoios provindos de setores conservadores. Jango partiu para uma ofensiva pressionando o legislativo em prol das reformas, e realizou o primeiro comício no dia 13 de março, no Rio de Janeiro.

Embora a representatividade e os anseios da classe trabalhadora estivessem sendo “tolerados”, e não sem certo receio, aquelas reformas pretendidas ameaçavam contundentemente não só a constituição, como a família, a religião, e a liberdade. Estas reformas renunciavam transformações profundas nas bases do país, para isso, efetivamente, a sociedade não estava pronta, para apoiar um programa tão radical e que visava à distribuição de renda e poder.

Em face dos programas de governo pretendidos pelo então presidente João Goulart, anunciados em seus comícios, viu-se a ágil resposta dos setores conservadores da sociedade que apelaram para um discurso moralizador, como discorre D. Aarão: “As forças conservadoras embalararam-se. Dispuseram-se em linhas de defesa da constituição, da lei, da ordem, dos valores tradicionais, da religião, da família, do respeito pelos poderes constituídos”⁴⁰.

³⁹ Para uma análise detalhada ver: AARÃO, Daniel. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. 2001. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
⁴⁰Ibid, p.340-341.

Após a ruptura com o governo de João Goulart e, por conseguinte, com as reformas de base, em decorrência da ofensiva do movimento golpista, percebe-se uma significativa dissolução das práticas dos dissensos políticos partidários e um constante declínio dos modos de representação das forças trabalhista.

As crescentes insatisfações e desconfianças em relação ao Governo de Jango (1961-1964), para o historiador Rodrigo Patto Sá Mota⁴¹, estaria relacionada ao anticomunismo, e se constitui num argumento de relevância quando se pretende entender os motivos que levaram a sua derrubada, pois, temia-se que este implantasse um governo apoiado na então denominada esquerda revolucionária.

A partir de 1920 começava a se consolidar no Brasil um sentimento de hostilidade e repulsa ao comunismo que se intensificou a partir da Intentona Comunista, em 1935. Criou-se uma idéia de que os comunistas de 1935 traíram as instituições militares da qual faziam parte e que eram cidadãos sem pátria, ateus e, sobretudo cruéis. Enfim, elaborou-se uma mitologia deste evento, a fim de atribuir uma imagem maléfica aos comunistas.

O anticomunismo militar era uma tradição estabelecida desde 1930. Segundo o autor, existia uma grande convergência entre a DSN e o anticomunismo. A doutrina precisava eliminar todos os inimigos que fossem considerados empecilhos aos seus objetivos.

Com isto, começou-se a elaborar no imaginário popular uma imagem negativa do comunismo, que foi paulatinamente se consolidando até os anos 1960. Segundo o autor, o argumento de que o Brasil poderia ser comandado por comunistas, fundamentou a derrubada de Goulart, "O ponto de vista aqui defendido é o de que o anticomunismo teve maior importância nos eventos de 1964 do que normalmente se aceita"⁴².

O anticomunismo, após a estruturação e solidificação do regime militar foi se evidenciando na sociedade brasileira. Passou-se a adotar métodos combativos aos chamados "subversivos" e aos adeptos de uma ideologia política que fosse contrária àquela instaurada pelo golpe civil-militar. Seriam vítimas de ações investigativas e repressivas, coordenadas pelos órgãos destinados a inspecionar a subversão no país.

41MOTA, Rodrigo patto Sá. O anticomunismo militar. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas. São Carlos: EDUFSCar, 2006.

42 Ibid, p.11.

Deste modo, tais ações tramitaram de diferentes formas, e em distintos momentos entre 1964-1985.

Os militares se comprometeram a combater especialmente o comunismo e a corrupção, em prol da “moral” e dos “bons costumes”. Eles apregoaram a idéia de que o país passava por um momento de guerra interna, o que pressupunha a existência de um inimigo, e contra este se fazia necessário utilizar todos os artefatos possíveis para desqualificá-lo, como pontua Fico:

Portanto, coube a Castelo Branco tornar legal a noção de “guerra interna” e permitir que brasileiros civis fossem indiscriminadamente acusados de “subversivos” - base jurídica e conceitual indispensável para que a linha dura passasse da simples condição de grupo de pressão para a perigosa posição de “sistema de segurança” com permissão para investigar, prender e interrogar, erigindo-se em polícia política.⁴³

Enfim, em 1964, foi deflagrado no Brasil um golpe civil-militar que viria redefinir a dinâmica da sociedade brasileira em todos os seus âmbitos– o seu caráter cívico se deve a ativa participação e articulação entre autoridades civis e militares durante a fase conspiratória, antes da efetiva consolidação do movimento golpista e, posteriormente, diante de suas políticas de cunho antidemocráticas implantadas no Brasil entre os anos 1964 e 1985.

É preciso salientar que embora houvesse efetiva participação de civis, que contribuíram para a desestabilização do Governo de João Goulart, a concretização do golpe só foi possível devido à iniciativa militar e de seus recursos militaristas, como a movimentação de tropas e posse de armamentos. C. Fico adverte que a despeito de ter sido também de caráter civil “desde as primeiras horas, o movimento foi indubitavelmente militar. Não há como tergiversar sobre isso. Sua deflagração deveu-se a tropas militares”⁴⁴. Portanto,

É incontestável a atuação dos empresários para a desestabilização do governo Goulart, tanto como foi fundamental a atuação propriamente militar que surgiu das conspirações dispersas nas casernas. Não são fatores

⁴³ FICO, 2001, P. 56.

⁴⁴ Ibid, p.20.

contrapostos. Sem a desestabilização (propaganda política, mobilização da classe média etc.) o golpe seria bastante difícil; sem a iniciativa militar, impossível⁴⁵.

Foram também os militares, e especialmente os membros do “Comando Supremo da revolução”, como dito anteriormente, que começaram a definir e decretar as medidas autoritárias que caracterizariam o regime militar. Assim, destaca-se a decretação do Ato Institucional, que suspendeu direitos políticos e cassou mandatos parlamentares, assim como a legalização dos IPM (Inquérito Policial Militar), cuja função era punir os “subversivos”.

Faz-se necessário ressaltar que não somente as autoridades civis participaram deste evento, como outros setores da sociedade, que também exteriorizaram e expressaram o seu apoio, como se nota nas manifestações que ocorreram intituladas de “Marcha da família com Deus pela Liberdade”, já que “A subversão e a corrupção ameaçavam o corpo sadio de uma nação à deriva”⁴⁶.

Esta conjuntura histórica, a deflagração do golpe civil-militar e seus desdobramentos, implicaram ao longo do regime no aumento da intensidade das ações repressivas, embora elas se manifestem desde o primeiro ano do governo militar. Com a instauração do AI-1(1964), e se tratando mais especificamente do seu artigo 8º, percebe-se a estimulação de inquéritos que visavam argüir todo aquele que fosse considerado “subversivo”.

Após a solidificação dos militares no poder, e, por conseguinte, de suas políticas governamentais necessárias para dar solidez e legalidade as estratégias anti-subversivas, expressas inicialmente no AI-1, começa-se a delimitar o caráter autoritário que passaria a configurar o Estado brasileiro durante duas décadas.

É possível interpretar a promulgação do primeiro ato institucional como uma tentativa de dar amparo jurídico e legal as medidas necessárias para que se pudesse efetuar a “operação limpeza”.

Através da institucionalização dos meios que se faziam necessários para a concretização dos objetivos da “revolução”, concomitantemente, buscava-se institucionalizar a própria “revolução vitoriosa”, como se percebe no trecho reproduzido

⁴⁵ FICO, 2004, P.42.

⁴⁶ AARÃO, 2001, p. 341.

do próprio ato :“A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe.”⁴⁷

Deste modo, torna-se patente o anseio deste grupo heterogêneo de controlar todas as instâncias governamentais, a fim de localizar e eliminar todos aqueles que fossem considerados “subversivos”, e que portanto poderiam estar conspirando a favor da revolução comunista, pois:

Como a guerra revolucionária não é declarada e é promovida secretamente por forças externas do comunismo internacional, ela recruta seus combatentes entre a população do “país-alvo”. Por definição, portanto, torna-se suspeita toda a população, constituída de “inimigos internos” potenciais que devem ser cuidadosamente controlados, perseguidos e eliminados.⁴⁸

Foi em meio a este perigo de uma guerra iminente, que se resolveu controlar todas as esferas governamentais de uma possível infiltração comunista. Assim, o governo militar passou a interferir até mesmo na dinâmica própria das instituições produtoras de conhecimento científico, influenciando na sua organização e nas relações que eram estabelecidas no seu interior.

⁴⁷ Disponível em: http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_2.htm. Acesso: 11/10/2011.

⁴⁸ ALVES, 1987, p.38.

Capítulo 2. A “Comissão de Inquérito” da Escola de Minas de Ouro Preto: criação, consolidação e inquirições.

Neste capítulo apresento a Comissão de Inquérito da Escola de Minas de Ouro Preto, a partir da documentação que foi compilada por ela mesma, abordando primeiramente como esta emanou, e de que modo conduziu suas investigações no cerne de uma importante Instituição de Ensino Superior, no contundente ano de 1964. Pretendo também analisar como esta conseguiu mobilizar parte da sociedade ouropretana a fim de lograr obter informações sobre os considerados “subversivos”.

2.1 A formação da “Comissão de Inquérito” na Escola de Minas de Ouro Preto.

Foi em obediência ao Ato Institucional (AI-1), e mais especificamente ao já aludido artigo 8º, que se resolveu instaurar inquéritos nas universidades e instituições de ensino superior. A condução de tais inquéritos era feita pelas “comissões” encarregadas, que poderiam utilizar dos meios necessários para a execução de suas tarefas. Assim, a “Comissão de Inquérito” que foi constituída na Escola de Minas de Ouro Preto poderia abster-se de todo procedimento burocrático que viesse a interferir nas suas “atividades”:

A comissão de inquérito, designada pelas portarias nº 17 e 18, esta autorizada a requisitar todos os serviços e facilidades necessários ao perfeito desempenho de suas funções, independentemente de formalidades burocráticas, mediante requisição assinada pelo seu presidente Dr. Antônio Pinheiro Filho.⁴⁹

Vale ressaltar que tais comissões de inquérito também se fizeram presentes em “todos os níveis de governo, em todos os ministérios, órgãos governamentais, empresas estatais, universidades federais e outras organizações vinculadas ao governo federal”⁵⁰, pois o referido artigo “estabelecia que inquéritos e processos seriam instaurados “visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu

⁴⁹ Documento número 5. Folha 6.

⁵⁰ ALVES, 1987, p.56.

patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária”. Tais inquéritos aplicar-se-iam a casos individuais ou a ações coletivas.”⁵¹

Destarte, no dia 27 de abril do marcante ano de 1964, o diretor da Escola de Minas de Ouro Preto, Joaquim Maia, designou os membros que comporiam a denominada “Comissão de Inquérito”, em cumprimento às ordens do então Ministro da educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda. Foram indicados três funcionários: um professor, um bibliotecário e um auxiliar de portaria, a fim de constituírem a coligação sob presidência do primeiro.

Entretanto, o consentimento em trabalhar em tal Comissão, cujo principal objetivo era inspecionar a subversão nos quadros daquela escola, não foi unânime entre seus membros. Ao ser indicado para compor a “Comissão de Inquérito”, o então bibliotecário José Pedro Xavier da Veiga, se recusou a compô-la em carta⁵² enviada ao diretor, solicitando a sua substituição. Após atender ao seu pedido, o diretor designou outro professor para ocupar o seu lugar, finalizando assim, os membros da comissão: Prof. Antônio Pinheiro Filho, Prof. Moacyr do Amaral Lisboa e Roque dos Santos Paiva.

O presidente da Comissão de Inquérito, Professor Antônio Pinheiro Filho, formou-se na Escola de Minas de Ouro Preto em engenharia de minas e civil, na turma de 1932. Chegou a ocupar importantes cargos públicos. Foi prefeito da sua cidade natal (Crato-CE) em 1936, respondeu pela diretoria da Escola de Engenharia da Universidade do Ceará, na fase de organização, a convite do Presidente da República. Era catedrático efetivo da cadeira Portos, Rios e Canais. Atuou também na Escola Alfredo Baêta, em Ouro preto. Entre 1968-1972 foi diretor da Escola de Minas e Metalurgia⁵³, e neste mesmo período, de agosto de 1969 a setembro de 1971, respondeu pela reitoria da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), portanto ele foi o primeiro reitor desta instituição.

⁵¹Ibid. p.55

⁵² José Pedro Xavier da Veiga na referida carta, se diz honrado de receber tal convite e se recusa a integrar a “Comissão” não por não comungar de suas políticas, mas “sobretudo por ser um sexagenário e por isso um pouco tendente à benevolência, e que me conceda o favor de me dispensar da honrosa e espinhosa incumbência.” É importante salientar que o bibliotecário tinha consciência de que o trabalho da “Comissão” poderia ser prejudicial aqueles que fossem intimados a prestar contas perante à “Comissão”, em suas próprias palavras: “ No caso presente a responsabilidade é muito grande, pois, nas atuais circunstâncias, poderia o inquérito atingir a jovens ou a pessoas já em plena atividade”.Doc. nº4. Folha 3.

⁵³ A “Escola de Minas e Metalurgia” corresponde hoje a “Escola de Minas de Ouro Preto”, ela sofreu algumas modificações no nome, em determinados períodos.

O segundo membro da Comissão, Prof. Moacyr do Amaral Lisboa, também se formou em engenharia de minas e civil na Escola de Minas, na turma de 1935. Lecionou as seguintes disciplinas: Paleontologia e Noções de Paleontologia. Foi também Prof. do Colégio Alfredo Baêta, antigo Ginásio Municipal de Ouro Preto.

O último, Roque dos Santos Paiva foi auxiliar de portaria na Escola, natural de Ouro Preto-MG desempenhou antes funções de escrevente do Cartório de Registro Civil e escrevente auxiliar do Cartório da Justiça eleitoral de Ouro Preto. Diante dessas funções desempenhadas como escrevente e tendo controle da circulação dos alunos, torna-se compreensível sua atuação como secretário da Comissão.

Nota-se que a “Comissão” instaurada na Escola de Minas também era integrada por três membros, assim como a que foi criada na USP⁵⁴, distinguindo-se apenas pelo fato de que a primeira possuía como membro um auxiliar de portaria, que, como dito, foi destinado a desempenhar as funções de secretário da Comissão, e a outra só era composta por professores.

A “Comissão de Inquérito” tinha que prestar relatório final, uma espécie de parecer de suas investigações ao Ministro da Educação e Cultura⁵⁵, no fim do mês de maio daquele mesmo ano, tornando-se patente o curto período que possuía para realizar suas inquirições (prazo de 30 dias) ficando portanto propensa a obterem resultados superficiais, “apesar de tódo o seu esfôrço” para cooperar com o governo. Como ressalta a própria Comissão em seu parecer final.

Esta realizava suas atividades em um local conhecido por “sala dos professores”, e já na sua primeira reunião foi determinado o seu plano de trabalho. Ficando assim estabelecido que fossem enviados circulares⁵⁶ para o corpo docente da Escola de Minas, as autoridades locais, e a sociedade ouropretana em geral solicitando cooperação para com as suas investigações. Encaminhar questionários⁵⁷ a serem respondidos pelo corpo docente, discente e administrativo da Escola. Fixar um edital advertindo sobre a necessidade de urgência da resposta no que se refere ao item nº 2 do questionário. Realizar vistoria ao arquivo do Diretório Acadêmico juntamente com dois

⁵⁴ ASSOCIAÇÃO dos Docentes da USP. *O controle ideológico na USP: 1964-1978*. São Paulo: ADUSP, 2004.

⁵⁵ Depois de findada as investigações seriam submetidos os resultados ao cargo competente: “Por determinação ministerial, os relatórios serão submetidos, com pareceres conclusivos ao Snr. Ministro da Educação, até 20 de maio, sem prorrogação”. Folha. 1 Doc. 1

⁵⁶ Ver anexo I.

⁵⁷ Ver anexo II.

representantes do “Diretório Acadêmico provisório” e distribuir questionários no “Parque Metalúrgico Augusto Barbosa” a serem respondidos pelos seus empregados.

Além destas resoluções, faz-se necessário ressaltar que a Comissão possuía estreita relação com a “Comissão de Investigações ID 4”⁵⁸ e com o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Belo Horizonte. Ela solicitava informações através de ofícios destinados ao DOPS sobre prisões eventualmente ocorridas nos quadros daquela escola. Os ofícios seriam entregues pessoalmente a comissão em encontro realizado no próprio DOPS⁵⁹. Atuava também em parceria com o delegado de Ouro Preto, pois era essencial identificar os alunos que haviam sido presos pela Delegacia de Polícia de Ouro Preto.

A relação estabelecida com outros órgãos e, em especial com órgãos especializados no combate a subversão, contribuía para que ambos tivessem acesso a uma série de informações, que depois de compiladas, seriam úteis também para os “encarregados” pelos Inquéritos Policiais Militares (IPM’s).

A comissão de Inquérito da Escola de Minas além de contar com estas informações oriundas de órgãos especialistas, também pode servir-se de outras provindas de setores da sociedade ouropretana (padres, comerciantes, homens públicos) os quais foram informados de sua existência. Diferentemente, na Universidade de São Paulo, as informações só podiam ser obtidas através daqueles que eram cúmplices, pois se tratava de uma “comissão secreta”, deste modo, “A manutenção do segredo implicou em ouvir, de preferência, testemunhas coniventes com o processo espúrio pelo qual a comissão atuava.”⁶⁰

A que foi instaurada na Escola de Minas de Ouro Preto conduzia as investigações juntamente com setores da sociedade ouropretana e contando com suas manifestações de apoio e informações, isto é, não agiam nas “escuras”, e, logo trataram de se apresentar na circular distribuída aos destinatários explicitando as justificativas ideológicas que legitimavam a sua atuação:

⁵⁸ Segundo Carlos Fico, tais Comissão de Investigações eram responsáveis pela condução dos Inquéritos Policiais Militares. FICO, 2004, p.132.

⁵⁹ Tal fato evidencia a relação que a comissão possuía com órgãos destinados a inspecionar a subversão, pois fazia parte do programa de trabalho da comissão “ Ida da Comissão a Belo Horizonte para entendimentos diretos, respectivamente, no Departamento de Vigilância Social e na Comissão de Investigação da ID 4, na ocasião entregando-se os ofícios referidos no V item” . Folha 10. Doc.7.

⁶⁰ ASSOCIAÇÃO dos Docentes da USP. *O controle ideológico na USP: 1964-1978*. São Paulo: ADUSP, 2004. P.17

a comissão, na presente conjuntura, visando sobretudo a bem servir a pátria e no firme propósito de desempenhar-se criteriosamente da árdua tarefa que lhe foi confiada, preliminarmente, pede o pronunciamento de V. S^a sobre se, nos corpos docentes, discentes e administrativos da escola, existem elementos que possam ser apontados suspeitos como incursos no que estabelece o citado Art. 8º do ATO INSTITUCIONAL. Igualmente solicita-se de V.S^a se digne apontar nomes de pessoas que julga deveriam ser, no caso, ouvidas pela comissão⁶¹.

Percebe-se através desta comissão, o modo como se dava a relação entre instituições de ensino superior e o governo ditatorial recém instaurado, na maioria dos casos estas relações estabelecidas foram de conivência, auxiliando o governo na busca pelos “subversivos” desempenhando suas funções em nome do “movimento civil militar, patriótico e vitorioso em 1º de abril de 1964”⁶². Nota-se ainda o posicionamento de setores da sociedade frente à atuação dessa comissão, esses enviavam correspondências que na maioria das vezes saudavam a vitória da “revolução”.

Entretanto, é preciso atentar que o momento era de crescentes injunções ideológicas e que se mostrar contrário as políticas solicitadas pelo governo poderiam acarretar em demissões forçadas dos respectivos cargos públicos. Como pontua Rodrigo Patto Sá Motta: “Falar-se em resistência nas administrações universitárias é, na verdade, inapropriado, pois como dirigentes de órgãos públicos reitores e diretores tinham pequena margem de manobra para fugir às determinações do Estado”⁶³.

Portanto, presume-se que o golpe civil-militar, imbuído de fortes tendências autoritárias, propiciou inúmeros desdobramentos no âmbito universitário: “A revolução de 64, alterando radicalmente a constelação política da sociedade, repercutiu imediatamente sobre a estrutura de poder dentro da Universidade”⁶⁴.

O fato de ter se instituído uma comissão especializada na busca por elementos que possuíam posicionamentos políticos contrários ao regime recém instaurado no Brasil evidencia um dos meios pelo qual o governo, e mais especificamente, o ministério da Educação conseguiu se infiltrar no meio acadêmico, logrando obter importantes informações desta Instituição, através dos seus próprios professores e

⁶¹ Doc. nº8. Folha 11.

⁶²Doc. nº9. Folha 13.

⁶³ MOTTA, 2008, p.57.

⁶⁴ ASSOCIAÇÃO dos Docentes da USP. *O controle ideológico na USP: 1964-1978*. São Paulo: ADUSP, 2004. P.12

funcionários que por já estarem ambientados ali puderam investigar seus pares com mais desenvoltura.

A despeito das repressões policíacas terem tido maior repercussão devido à violência física claramente observada quando se dirigiram contra determinadas universidades, em especial a UNB e a USP, depredando alguns de seus prédios, é importante salientar que, segundo a associação dos docentes da USP, analisando o caso da Comissão que lá se instituiu:

muito mais grave, do ponto de vista da integridade da instituição, foi o estabelecimento, pelo Reitor, de um mecanismo interno de “caça às bruxas”, reunindo, na própria Universidade, um grupo que buscava, na ligação direta com os órgãos de segurança, realizarem expurgo pautado sobre critérios pessoais de “pureza revolucionária” e feito sob medida para permitir aos setores conservadores o monopólio de poder na USP⁶⁵.

Vale ressaltar a importância que era atribuída às Universidades nas estratégias de ações governamentais, uma vez que ali seriam formados os futuros profissionais, que, posteriormente, viriam a desempenhar funções técnicas essenciais que garantiriam o crescimento do país. Como discorre Rodrigo P. Sá Motta:

As universidades ocupavam lugar fundamental no planejamento estratégico dos militares, por seu papel na formação das futuras elites e dos técnicos necessários à gestão da economia. Por isso o regime militar precisava obter a cooperação dos dirigentes universitários, e como as Universidades eram parte da estrutura do Estado havia meios de obter sua anuência. Quem não assentisse poderia ser punido diretamente (aposentadorias compulsórias, demissões) ou indiretamente (perda de verba, protelação no atendimento de demandas).⁶⁶

No caso da EMOP, respeitável *locus* de produção de conhecimento científico vinculado às ciências naturais, e levando-se em consideração que a ESG preocupava-se com o aspecto tecnicista da educação, não é de se admirar a relevância atribuída às escolas de engenharia, que produziram mão-de-obra especializada, assim, “Os programas de educação, segundo a ESG, devem ocupar-se sobretudo com o treinamento de técnicos que participarão do processo de crescimento econômico e

⁶⁵ Ibid. P.16-17.

⁶⁶ MOTTA, 2008, p.33.

industrialização”⁶⁷ Portanto, era indispensável garantir que aqueles alunos (futuros engenheiros), que teriam efetiva participação no mercado profissional, não estivessem “contaminados” pelo comunismo.

Deste modo, foi formado um grupo dentro da Escola de Minas de Ouro Preto que através de seu plano de trabalho acima explicitado, realizaria as investigações necessárias a fim de localizar e argüir os chamados “subversivos”, contando com o apoio dos membros da referida Escola e de setores da sociedade ouropretana, como pontua a própria Comissão:

Isto posto, na presente conjuntura, visando exclusivamente à defesa dos sagrados direitos da pátria, sobretudo sua integridade moral e material, e no firme propósito de desempenhar-se criteriosamente da árdua missão que lhe foi confiada, *a comissão abaixo assinada pede a compreensão e a colaboração dos elementos que constituem o corpo docente, discente e administrativo da Escola.*⁶⁸

Percebe-se nesta fala da Comissão que além de visar “à defesa dos sagrados direitos da pátria”, ela buscava sobretudo garantir a “integridade moral e material”, provavelmente tem-se aí uma alusão às reformas de base que significaram uma afronta ao direito da propriedade.

2.2 A comissão em “ação”

2.2.1- Distribuição de Questionários e Circulares

Uma vez fixadas as suas deliberações, a comissão passou a agir em função de executá-las. Assim foram distribuídos os mencionados questionários e circulares a serem respondidos com urgência, devido ao escasso tempo que a comissão possuía para proceder com as investigações.

A Comissão ressaltou que as respostas seriam mantidas em sigilo, uma vez que se tratando de denúncias desta faceta não é habitual que se queria ser identificado, até mesmo por já haver consciência de uma possível análise histórica. Deste modo, percebe-se o apelo da comissão para obter tais respostas:

⁶⁷ ALVES, 1987, p.51.

⁶⁸Doc. nº10. Folha 15. Grifos meus.

Pede-se pronunciamento patriótico de V. S^a, por escrito, com a urgência que se faz mister, de vez que foi fixado prazo à comissão até 20 de maio, sem prorrogação. A resposta de V. S^a, não obstante mantida em sigilo, uma vez contraditada pelos interessados como de justiça, poderá servir de base aos pareceres conclusivos a serem submetidos, posteriormente, à douda e esclarecida apreciação do EXM^o SNR MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA⁶⁹.

Por meio da circular, a comissão se apresentava perante os professores, autoridades locais e “a todas as pessoas de maior destaque da sociedade ouropretana”⁷⁰, reproduzindo o discurso que legitimava a sua atuação no âmbito da Escola de Minas, e explicitando que seu surgimento se deu em função das determinações do AI-1, mais especificamente de seu artigo 8,^o que visava averiguar possíveis crimes contra a ordem e ao Estado.

A comissão solicitava ainda que fossem apontados nomes a serem interrogados por ela. Portanto sua atuação não foi isolada, mas teve apoio e conivência de outrem, que a despeito de não serem propriamente seus membros, enviavam-lhes cartas informando nomes de possíveis suspeitos, contribuindo assim, nas suas investigações.

O questionário era constituído de algumas perguntas referentes ao posicionamento político assumido em relação ao governo destituído de João Goulart, suas políticas reformistas pretendidas, e ao regime instaurado pelo golpe. Nota-se que todos aqueles que o recebiam eram coagidos a respondê-lo, pois a ausência de resposta seria considerada como “ato de rebeldia a uma ordem emanada do governo”.⁷¹

A maioria das perguntas deveria ser respondida optando exclusivamente pelo “sim” ou “não”, coagindo o sujeito a ser integralmente a favor ou contra o regime deposto, e ao até então recém instaurado regime “tradicional”. É evidente que tal precisão e objetividade implicariam na obtenção de respostas superficiais. Pois, deste modo, estando às respostas limitadas ao “sim” ou “não”, além de facilitar o trabalho da comissão na sua tarefa de identificar aqueles que apoiavam o governo deposto de Jango e que possuíam possíveis tendências subversivas, limitar-se-ia os respondentes a manifestarem de forma elaborada as suas opiniões, restringindo-os a uma das alternativas. Ou era-se totalmente a favor, ou igualmente contra determinado governo.

⁶⁹ Doc. n^o 8. Folha 12.

⁷⁰ Doc. N^o 14. Folha 22.

⁷¹ Doc. N^o 9. Folha 14.

O questionário a ser respondido pelo corpo docente, discente e administrativo da EMOP, solicitava inicialmente alguns dados pessoais como: nome, estado civil, idade, nacionalidade e profissão. Depois se voltava para perguntas atreladas as políticas instituídas anteriormente ao golpe, e para as instauradas pelo movimento golpista.

O questionário era constituído das seguintes perguntas: “É sindicalizado?” “Defendia ou apoiava a política orientada pelo governo deposto com o movimento civil e militar, patriótico e vitorioso em 1ª de abril de 1964?” “Contribuiu com o seu apoio direto ou indireto ao movimento acima referido? “Tomou parte ou foi convidado a tomar parte em reuniões ou comícios promovidos para combater idéias subversivas ao verdadeiro regime tradicional brasileiro, isto é, democrático, republicano e cristão?” “É favorável à manutenção do tradicional regime republicano brasileiro?” “É pela implantação no país de uma espécie desses governos ditos socialistas, que nasceram e se vão mantendo sob a égide da chamada “cortina de ferro” ? “Que regime de governo julga seria ideal para o Brasil”, por fim, solicitava-se que fosse enviada qualquer outra informação que por ventura viesse ajudar nas averiguações⁷².

Nota-se claramente nestas indagações elaboradas pela Comissão, a constante preocupação em relação ao posicionamento político de cada membro daquela escola, tanto no que diz respeito ao governo deposto quanto ao governo recém instaurado pelos militares. A comissão possuía uma lista nominal de todos aqueles que receberam, e que, respectivamente, responderam aos questionários e circulares, no intuito de criar um mecanismo que controlasse a procedência das informações obtidas.

Estas deveriam ser entregues ao secretário da Comissão, dentro do prazo fixado, para que fossem analisadas em reunião extraordinária feita Comissão. Cada pormenor mencionado nas informações prestadas seria de suma importância, pois além de facilitar o trabalho investigativo da Comissão de Inquérito, ajudaria a compor o parecer final.

A despeito do número significativo de circulares e questionários que foram distribuídos, cerca de 220 e 560 respectivamente⁷³, de acordo com o parecer conclusivo poucos desses realmente auxiliaram nos trabalhos da comissão, pois a maioria das pessoas dizia nada saber informar que fosse útil para a investigação que a Comissão se prestava.

⁷² Vale ressaltar que na documentação estudada não se encontra os referidos questionários respondidos, somente um exemplar do questionário, vide anexo.

⁷³ Quase todos os professores responderam a circular, entretanto, segundo a comissão, somente três forneceram respostas relativamente objetivas. As autoridades locais e pessoas de destaques suspeitaram da existência de quatro alunos subversivos na EMOP, e cerca de setenta disseram que não sabiam de nada que ocorria em Ouro Preto.

2.2.2- Contato com a Polícia de Ouro Preto

Através da documentação analisada pode-se certificar de que houve cooperação e troca de informações entre a Polícia de Ouro Preto e a Comissão de Inquérito instalada na Escola de Minas de Ouro Preto em 1964.

A relação entre estes órgãos se estabeleceu através de ofícios expedidos e recebidos pela Comissão de Inquérito, no qual esta solicitava a relação nominal daqueles alunos que haviam sido presos sob acusação de terem praticado crime contra o Estado, deste modo, a Comissão se dirige ao Delegado:

Tendo havido várias prisões em Ouro Preto logo após o movimento civil e militar que conduziu o país a normalidade democrática, como presidente daquela Comissão de Inquérito peço a V. Ex^a se digne informar se, entre o pessoal detido por essa delegacia, há pessoas pertencentes aos quadros da Escola de Minas de Ouro Preto, que tenham ficado comprometidos em relação à prática daquele crime⁷⁴

Assim, a Comissão obteve duas listas contendo os nomes dos suspeitos⁷⁵. A primeira continha os nomes daqueles que haviam sido presos e, posteriormente, enviados ao DOPS. A segunda eram os que tinham sido denunciados como “comunistas, agitadores ou simpatizantes da doutrina vermelha”⁷⁶, mas, por motivo de fuga não tinham sido encontradas, permanecendo deste modo na condição de suspeitos, sujeitos a investigação policial.

Nestas relações não se encontram listados somente alunos da Escola de Minas, mas todas as pessoas residentes em Ouro Preto e que eram suspeitas de “comunistas” e adeptas da “Doutrina vermelha”, dentre elas encontra-se: vereadores, professores, operários, bancário, comerciante, eletricitista, padre, e os alunos de engenharia.

Pode-se confirmar também a existência do chamado Inquérito Policial Militar (IPM) no município de Ouro Preto, pois em ofício enviado a comissão, o Tenente Coronel se diz encarregado da condução do IPM, chegando mesmo a declarar que já

⁷⁴ Doc. nº 16. Folha 24.

⁷⁵ Ver anexo III.

⁷⁶ Consta na lista vinte e quatro pessoas que tinham sido presas e dezoito que havia fugido, totalizando quarenta e dois suspeitos de “comunistas” em Ouro Preto. Doc. nº 21.Folha 29.

havia interrogado alguns alunos da Escola, mas ao que lhe pareceram “não estão comprometidos com quaisquer atuações subversivas”⁷⁷.

A existência de tais IPMs se justifica quando amparada na noção da necessidade de se efetuar uma verdadeira “operação limpeza”, entendida, segundo Maria H. Alves⁷⁸ como um conjunto de medidas que visavam estimular os aparatos repressivos, a fim de controlar as instâncias políticas, militares e psicossociais da influência “subversiva”.

O Ato Institucional garantiu algumas “medidas de controle do judiciário e suspensão dos direitos individuais, destinadas a abrir caminho para a “operação limpeza”⁷⁹. Através de seu artigo 8º foram disseminadas as bases legais que garantiriam a procedência da “operação limpeza”. Como discorre M. H. Alves:

Este artigo lançou as bases dos Inquéritos Policial-Militar (IPMs) que atingiriam milhares de pessoas. Ao contrário do Artigo 7º, no entanto, este não suprimia a apreciação judicial da substância dos casos, permitindo com isso que o judiciário desempenhasse um importante papel liberalizador neste período.⁸⁰

Ainda segundo Maria Helena Alves, os IPMs se firmaram em várias instâncias governamentais no propósito de:

investigar as atividades de funcionários civis e militares, de nível municipal, estadual e federal, para identificar os que estavam comprometidos em atividades “subversivas”. Os IPMs constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e a eliminação do “inimigo interno”, como primeiro passo. Uma vez concluído um inquérito, o alegado envolvimento fatural da pessoa ou das pessoas acusadas era examinado pelo chefe do departamento a que estavam vinculadas. A decisão final pela punição cabia ao presidente, aos governadores de Estados ou aos prefeitos. Uma vez decidida, um decreto estabelecendo a forma específica de punição deveria ser publicado no *Diário oficial da União* ou nos diários oficiais dos Estados ou municipalidades.⁸¹

Portanto, através do contato com outras instâncias responsáveis por investigar a “subversão” no Estado de Minas Gerais e, aguardando por suas informações, a

⁷⁷ Doc. nº38. Folha 58

⁷⁸ ALVES, Maria H. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

⁷⁹ *Ibid*, p53-54.

⁸⁰ *Ibid*, p.55.

⁸¹ *Ibid*, p56-57.

Comissão prosseguia com suas averiguações, na ânsia de interrogar aquelas pessoas tidas como “subversivas” pertencentes ao corpo docente, discente e administrativo da Escola.

2.2.3 A Comissão e o DOPS

No intuito de receber informações importantes para o desempenho de suas inspeções, a Comissão de Inquérito tratou de solicitar auxílio ao Departamento de Ordem Política e Social. Tal medida ficou assim estabelecida no seu primeiro plano de trabalho, onde se determinou que a Comissão dirigisse ofício ao “Senhor Chefe do Departamento de Vigilância Social (DOPS), em Belo Horizonte, solicitando-lhe informações sobre prisões de pessoas dos quadros da escola”⁸².

Do mesmo modo, na Universidade de São Paulo, imbuídos dos mesmos anseios reacionários de imprimir acusações ideológicas, o reitor da USP também solicitou os serviços do DOPS:

O reitor Ernesto Leme solicitou então, sem constrangimento, que o Serviço Secreto do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) auxiliasse a comissão de sindicância instaurada internamente para apurar a atuação política de professores daquela escola.⁸³

A fim de ser eficiente nas suas investigações, a Comissão de Inquérito foi diretamente ao Departamento de Ordem Política e Social, em Belo Horizonte, e lhes entregou um ofício solicitando o nome dos alunos que tinham sido presos, mas que já haviam sido liberados, e os que ainda se encontravam detidos por aquele órgão. A Comissão solicitava ainda que fossem explicitadas as razões que levaram ao cárcere daqueles alunos. Entretanto, em relatório final, a Comissão de Inquérito declara que não havia recebido respostas do DOPS, ficando o seu parecer conclusivo carente de tais informações.

⁸² Doc. nº 7. Folha 9.

⁸³ ASSOCIAÇÃO dos Docentes da USP. *O controle ideológico na USP: 1964-1978*. São Paulo: ADUSP, 2004, P.5.

Encontra-se na documentação estudada, uma declaração do DOPS informando que o Professor Osvaldo de Magalhães Dias⁸⁴ tinha prestado informações naquele Departamento, mas que já havia sido liberado. Ele foi submetido também, posteriormente, ao interrogatório da própria Comissão de Inquérito.

No que tange aos alunos da Escola de Minas presos pelo DOPS é importante citar o depoimento do então aluno de engenharia de minas e metalurgia, Nelson Maculan Filho⁸⁵, no qual relata o modo como ocorreu sua prisão logo após a deflagração do golpe civil militar:

Lembro-me bem. Era um domingo de abril. Uma camioneta parou na porta da “república” e dela desceram policiais do antigo DOPS. Havia também policiais militares. Alguns colegas, com os quais mantínhamos convivência diária, “reforçava” tal aparato militar, que ali se encontrava para prender “perigosos estudantes subversivos”.⁸⁶

Indagado sobre a sua experiência no DOPS e sobre tempo em que permaneceu preso, ele discorre que:

Em torno de duas semanas. É uma experiência dolorosa: você perde sua liberdade de ação, o que significa uma forte agressão ao ser humano. Nenhum de nós, meus colegas ou eu, foi torturado; no entanto, vimos integrantes das ligas camponesas serem agredidos fisicamente.⁸⁷

Embora a Comissão não tenha recebido diretamente do DOPS uma lista formal daqueles alunos que haviam sido fichados ali, pode-se afirmar que possuíam tais nomes, pois estas informações foram obtidas através da Delegacia de Polícia de Ouro Preto, que forneceu os nomes dos presos que foram encaminhados para o DOPS.

O envolvimento da Comissão de Inquérito com outros órgãos de segurança era essencial para que se obtivessem informações necessárias para o perfeito desempenho de suas funções. Após compilar as informações recebidas pelos órgãos especialistas, e

⁸⁴ Osvaldo Magalhães Dias formou-se na Escola de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil, em engenharia de minas, metalurgia e civil. Lecionou “Estabilidade das construções” de 1964-1966 na Escola de Minas.

⁸⁵ Nelson Maculan Filho também foi intimado a prestar depoimento perante a Comissão de Inquérito. Consta na documentação as suas declarações.

⁸⁶ MACHADO, Otávio Luiz (org.). *Depoimento de Nelson Maculan a Otávio Luiz Machado*. Recife-PE: Projeto “O Debate da relação educação e sociedade no movimento estudantil das tradicionais escolas de engenharia de Ouro Preto e Recife”, 2003.

⁸⁷ Ibid.

pelos elementos que se prontificaram em apontar nomes (embora tenha sido poucos), a comissão passou a intimar os suspeitos, coagindo-os a prestarem depoimentos na “sala dos professores”.

Portanto, nota-se que desde o primeiro ano do Governo militar, no mês subsequente ao golpe, já se perseguia dentro das universidades pessoas cujas idéias fossem consideradas “subversivas”, restringindo assim, a sua liberdade política, tornando-as vulneráveis aos mais distintos tipos de argüição ideológica. A instalação destas “Comissões” e de “coronéis” dentro da estrutura universitária tornou-se possível, segundo C. Fico mediante favorecimento de algumas instâncias governamentais:

O problema é que outras instâncias do governo davam sinal em sentido oposto, não propriamente em favor da tortura, obviamente, mas favorecendo iniciativas francamente obscurantistas, como a presença de coronéis investigadores em universidades. O ministro da educação, Flávio Suplicy de Lacerda - que em 6 de novembro assinaria a “ Lei Suplicy”, proibindo atividades políticas estudantis - , estimulava essas ações policiais⁸⁸ .

2.2.4 As intimações

As intimações faziam parte do processo de investigação da Comissão de Inquérito, estas eram enviadas aos “suspeitos” com no máximo um dia de antecedência, intimando- os a prestarem depoimentos. Este processo de intimação demonstra a forma impositiva com que este grupo de pressão, imbuídos dos poderes que foram a eles delegados em função do artigo 8º, se dirigia aos considerados seguidores do “credo vermelho”. Percebe-se assim, que as relações estabelecidas no cerne desta instituição também se davam pautadas no autoritarismo, estando todos os membros da escola subordinados ao poder irrefutável da dita Comissão de Inquérito.

Foram expedidas 21 intimações⁸⁹, a maioria delas era endereçada aos alunos que foram presos pela Delegacia de Polícia de Ouro Preto, e que foram posteriormente enviados ao DOPS. Tais alunos eram indiciados a prestarem depoimentos devido a

⁸⁸ FICO, 2001, p.45.

⁸⁹ As intimações foram enviadas para os seguintes alunos: Márcio Antônio Pereira, Antônio Carlos de Moraes Sarmento, Eduardo Teles de Barros, Nuri ANDraus Gassani, José Paulo Vasconcelos Gomes, Osamu Takanohashi, Frank Ulrich H. F., Paulo Roberto H. Barcelos, Wagner Geraldo da Silva, Jacques Herskovic, Nelson Maculan Filho, Sérgio Antônio Preti Maculan, Haroldo Pereira da Silva, Rômulo Freire Pessoa, Regis Fernando Ramos e Cássio Umberto I. Júnior.

denúncias recebidas de que eram “comunistas, agitadores e adeptos do partido vermelho”. Além dos alunos, o Prof. Osvaldo Magalhães Pinto e o Prof. Antônio Pimenta foram intimados a prestar depoimento por terem sido apontados como “subversivos” segundo a relação nominal da Delegacia de Polícia de Ouro Preto. O Prof. Maurício de Almeida Fonseca respondeu ao questionário ressaltando que possuía mais informações a prestar, e por este motivo foi ouvido pela Comissão.

Para exemplificar, reproduzo abaixo uma intimação:

Tendo esta comissão recebido denúncia de que V. S^a foi preso pela delegacia de Polícia de Ouro Preto e, posteriormente, “enviado ao Departamento de Vigilância Social, em Belo Horizonte, como comunista, agitador e adepto do partido vermelho”, resolveu ela ouvi-lo a respeito. Para tanto, por este meio, fica V.S^a intimado a comparecer às 16 horas, amanhã, dia 14, à sala dos professores, quando serão redigidas a termo suas declarações a respeito.⁹⁰

Torna-se evidente o autoritarismo que regia a relação entre a Comissão de Inquérito e os seus “suspeitos” de subversão, coagindo-os a prestarem depoimentos, imprimindo sob eles injunções ideológicas da qual nem sempre comungavam, não passando as acusações de meras suspeitas devido a algumas infaustas evidências, tais como a leitura de um livro considerado “leitura subversiva”.

De acordo com a documentação analisada, os interrogatórios⁹¹ procederam durante sete dias consecutivos, variando em uma média de uma hora entre um e outro, devido ao escasso tempo que a Comissão possuía para proceder com as suas investigações, uma vez que o prazo de entrega do parecer final já estava fixado pelo Ministro da Educação.

2.2.5 Cartas a “douta” Comissão

Em resposta a circular e questionários recebidos, pessoas distintas da sociedade ouropretana, empossadas de dignos cargos públicos, se manifestaram através de cartas⁹² enviadas a “douta” Comissão que se fixava na Escola de Minas de Ouro Preto. Destacam-se algumas autoridades: Prefeito de Ouro Preto, Presidente da Câmara

⁹⁰ Doc. nº 51.Folha 76. Abaixo deste dizeres vinha a assinatura de todos os membros da Comissão.

⁹¹ O próximo capítulo será destinado a análise exclusiva dos interrogatórios.

⁹² Encontram-se cartas manuscritas e datilografadas.

Municipal de Ouro Preto, Juiz de Direito, Promotor de Justiça, Gerente da Caixa Econômica Federal, Diretor da Escola Técnica de Mineração e Metalurgia, Diretor da Escola Alfredo Baêta, Diretor da Escola Arquidiocesano, Diretor da Escola de Minas, Diretor da Escola de Farmácia, Professores, Secretário da EMOP, comerciantes, Padres, Cônego e entre outros.

Todos estes se mostraram coniventes com a instalação da dita Comissão, não se sabe se por livre arbítrio, ou pela própria injunção ideológica implícita naquele contexto político. Embora a maioria tenha se manifestado, poucos foram os que realmente contribuíram com informações precisas, isto é, indicando nomes a serem interrogados.

Segundo o próprio relatório final da Comissão:

Lendo uma por uma as respostas recebidas, constatou-se que apenas quatro delas dizem suspeitar da existência no corpo discente da Escola de elementos extremistas, três apontam nomes, que serviram de base às convocações com os depoimentos e declarações ou informações correlatas. As demais respostas recebidas, cerca de 70 *refletem um desconhecimento total do que se passa em Ouro Preto*, um princípio respeitável de não querer denunciar ou suspeitar de quem quer que seja, ou uma provável falta de responsabilidade na hora grave presente, pois que, em respostas simples e resumidas dizem nada saber, e nada poder indicar à Comissão sobre o que lhes foi pedido.⁹³

É possível vislumbrar neste trecho a perspectiva da comissão sobre “as omissões” da sociedade frente ao momento “grave presente”, pois a maioria demonstrou um “desconhecimento total do que se passa em Ouro Preto”, isto é, não se esforçaram para indicar nomes concretos, embora seja um “princípio respeitável” de não querer fazer denúncias, evidencia também “uma provável falta de responsabilidade”.

Apesar de não ter ocorrido um número expressivo de denúncias específicas, é importante vislumbrar nestes textos manifestações de caráter anticomunista, bem como perceber qual era o posicionamento político em relação ao governo deposto e ao recém instaurado.

Vale ressaltar que se tratava sobretudo pela inexistência de provas, de denunciar detentores de meras idéias consideradas oportunamente pelos seus acusadores de “subversivas”. Portanto:

⁹³Folha 282.

o que está basicamente em questão é a existência de idéias. Trata-se de afastar e punir portadores de idéias consideradas marxistas ou subversivas, duas qualificações notoriamente elásticas e imprecisas, o que torna o julgamento obrigatoriamente subjetivo.”⁹⁴

A fim de explicitar algumas manifestações de anticomunismo, reproduzo alguns trechos destas cartas, onde se torna patente tal sentimento. O discurso mais contundente que demonstra claramente seu apoio ao regime militar e a Comissão de Inquérito, bem como sua intolerância e repulsa ao comunismo, foi enviado por um padre local, José Feliciano da Costa Simões. Fica evidente a caracterização do comunismo como manifestação pura da “maldade”, e, os comunistas propriamente ditos, foram chamados de guardiões da “semente do mal” em Ouro Preto.

Tal padre cita uma reportagem burlesca do Jornal *Estado de Minas* para corroborar com suas idéias:

Prezado Senhor: Respeito o Ato Institucional em o Art. 8º e estarei sempre pronto a bem servir, também, a minha pátria. Afirmo-lhe, em consciência, que os elementos suspeitos, conhecidos por mim, são os mesmos já sentidos pela alta direção da própria Escola. Alguns já se formaram e outros guardam a semente do mal ainda em Ouro Preto. Creio que, neste momento de inquérito todos os simpatizantes vão declarar-se democratas autênticos. Com a permissão de V. Excia., quero transcrever de o Estado de Minas, 5 de maio, um trecho do artigo de José Clemente, que ditará o meu pensamento: “Não consegui nunca andar atrás de documentos ou a vigiar passos de comunistas. Nem também teríamos provas. Dessas a que os inquéritos dão importância, para incriminar qualquer deles. Mas tudo era tão claro! Porque o comunista mais escondido, não se esconde. É identificável pelo que diz ou escreve, assim como um japonês o é pelo rosto. O comunismo está dentro dele e tem de manifestar-se. Os seus atos podem ser escondidos, mas o que lhes vai por dentro brota sempre – ainda que tenham cautelas. Em regra sempre vimos em “nacionalistas” exaltados e vociferantes contra os Estados Unidos – aquilo que eles realmente são: comunistas mesmo ou ardentes simpatizantes. Não importa que não pertençam ao P.C. tal fichamento é requinte, é bobagem. A “pedra de toque” é falar com eles em Estados Unidos. È o mesmo que mostrar a cruz ao capeta. Espumam de raiva. Identificam-se de fato. Os que escrevem(e como escrevem!)

⁹⁴ ASSOCIAÇÃO dos Docentes da USP. *O controle ideológico na USP: 1964-1978*. São Paulo: ADUSP, 2004, p.20.

dão vão aos que sentem. Lhes válvula de escape. Seja o que for que escrevam: romances, estudos sociais ou econômicos, análises políticas, reportagens, poesias, crítica cinematográfica, de pintura ou música”. Com os meus protestos de admiração estarei sempre às ordens.⁹⁵

Nesta carta o padre utiliza-se do artigo retirado do jornal *Estado de Minas* para ilustrar o seu pensamento sobre os comunistas, acusavam-se esses de proferirem um falso nacionalismo, pois só assumiam esta postura “nacionalista” frente ao imperialismo, portanto, para os anticomunistas: “Em regra sempre vimos em “nacionalistas” exaltados e vociferantes contra os Estados Unidos – aquilo que eles realmente são: comunistas mesmo ou ardentes simpatizantes.”

O padre alerta ainda a Comissão que estando em curso inquérito contra os comunistas, eles rapidamente se declarariam “democratas autênticos”. Ele evoca aqui o termo democrata, que segundo Rodrigo P. Sá Motta, significava, grosso modo, uma contraposição ao comunismo:

No fundo, democrata significava simplesmente o oposto de comunista, quer dizer, anticomunista, o que era uma licenciosidade conceitual muito conveniente, pois permitia usar o simpático adjetivo para designar grupos que nada tinham de democráticos.⁹⁶

Por fim se pode destacar também que ele atribui características zoomórficas aos comunistas, pois quando se fala em Estados Unidos observa-se que eles “Espumam de raiva”.

O padre Agostinho Lurdes Coimbra, embora não indique nomes concretos, denúncia a existência de alunos comunistas atuantes na Escola e de simpatizantes do “credo vermelho”:

Em resposta ao ofício que Vossa Ex^a se dignou mandar-me devo-lhe o seguinte esclarecimento: residindo na cidade somente há oitenta dias, não me é possível fornecer dados concretos e conscientes para ajudá-lo na nobre e patriótica tarefa que realiza. Entretanto ouve-se pela cidade que nessa egrégia Escola há pelo menos, uns dez alunos comunistas atuantes e um bom número de simpatizantes do credo vermelho. Lamento não

⁹⁵ Carta do Padre José Feliciano da Costa Simões. Doc. n°26. Folha41.

⁹⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002, p.40-41

poder contribuir eficientemente com a ilustre comissão, numa missão tão augusta e patriótica.⁹⁷

Não é de se admirar que setores conservadores da Igreja Católica tenham enviado declarações para a Comissão de Inquérito, afinal, esta instituição teve importante atuação anticomunista no século XX, uma vez que vislumbrava no comunismo um inimigo a ser combatido. O comunismo representava uma ameaça contundente aos fundamentos cristãos, devido ao seu discurso de caráter essencialmente materialista, instigando a luta de classes como etapa necessária para a consolidação de um regime comunista.

Assim, nota-se a preocupação dos padres em se manifestarem contra o “perigo vermelho”, não apenas se restringindo ao discurso proferido nas missas, mas também atuando em outros âmbitos da sociedade. De acordo com o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, “Na história do anticomunismo brasileiro, a religião e os religiosos desempenharam o principal papel, notadamente no que diz respeito à elaboração de representações sobre o inimigo e sua divulgação.”⁹⁸

Como último exemplo da repulsa ao comunismo por parte da Igreja Católica, reproduzo um trecho da extensa carta do padre Francisco Barroso, vigário cooperador da paróquia de Antônio Dias, que acreditava que havia infiltração comunista no meio universitário:

Não obstante, ainda que baseado apenas em informações diversas não oficiais, baseado também em algumas atitudes e reações de caráter ideológico um tanto subversivo, podemos observar que aos dirigentes do D.A da Escola de Minas do ano de 1961 e 1962, consciente ou inconscientemente, cabe uma grande parcela de responsabilidade no processo de infiltração comunista no nosso meio universitário.⁹⁹

Acreditava-se que a ameaça comunista se fazia presente naquela instituição, e se personificava principalmente naqueles estudantes que estavam envolvidos na representatividade estudantil, isto é, no Diretório Acadêmico. Acusava-se ainda que o D.A agia em conformidade com os ditames da UNE (considerada altamente

97Doc. nº 90. Folha 133.

98MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002, p.25.

99 Doc. nº 94. Folha. 138. Nesta mesma carta, o padre menciona que o presidente do D.A o procurou na paróquia, a fim de questioná-lo, pois em certa missa ele havia intitulado a UNE como organização comunista.

subversiva), e por esta razão, seus integrantes foram intimados a prestarem depoimento perante a Comissão de Inquérito.

Na maioria das cartas percebe-se a ojeriza aos meios de representatividade estudantil, assim, a UNE emerge como o principal foco disseminador de idéias subversivas, tornando-se necessário o afastamento do Diretório Acadêmico da Escola de Minas daquele órgão. Percebe-se também que era de amplo conhecimento, o fato de que alunos da Escola tinham sido presos e enviados ao DOPS logo após o golpe civil-militar.

A despeito da ínfima contribuição para com os trabalhos da Comissão, é importante salientar que alguns grupos sociais da sociedade ouropretana sabiam que havia se instalado uma Comissão de Inquérito na Escola de Minas, que fazia valer as determinações do primeiro Ato Institucional decretado pelo “Comando Supremo da Revolução” e, diante deste fato pouco convencional, não houve manifestações que demonstrasse desagrado com a instalação da mesma.

Percebe-se na leitura da documentação, que o golpe civil-militar foi recebido com grande expectativa e confiança, sendo visto como restituidor da ordem e dos princípios democráticos, proporcionando um ambiente “de sossêgo que ora se respira em Ouro Preto”¹⁰⁰. Assim, acreditava-se que a “revolução vitoriosa” seria capaz de garantir a manutenção dos valores tradicionais constantemente ameaçados pelos comunistas, como nota-se:

Reafirmo a irrestrita confiança que depositamos no atual governo, esperamos ver sempre defendidos em nossa pátria, a propriedade, a família, a tradição, bases para uma verdadeira democracia cristã, e para uma verdadeira e equilibrada justiça social.¹⁰¹

Certos valores como a “propriedade, a família, e a tradição” eram caros aos setores tradicionais da sociedade brasileira e, deveriam ser garantidos pelo novo governo, uma vez que o país se encontrava sob “ameaça comunista”. Acreditava-se que com a instalação de um regime comunista, tais valores cairiam em desuso.

Outro discurso também demonstra aprovação ao golpe civil-militar deflagrado em 1964:

¹⁰⁰ Carta do Prof. Antonio Calaes. Doc. nº 112. Folha 161.

¹⁰¹ Doc. nº 94. Folha 140.

Aproveito a oportunidade para patentear o meu voto de louvor, pela atitude das nossas gloriosas Forças Armadas, por ter restituído ao nosso querido Brasil, o clima de liberdade, paz e tranqüilidade.¹⁰²

Estas manifestações de apoio, expressas nestas cartas, nos remetem a questão do apoio social ao golpe e as políticas adotadas durante toda a Ditadura Militar (1964-1985), permitindo nos compreender como parte da sociedade ouropretana se posicionou diante deste embate político. De acordo com Daniel Aarão Reis, construiu-se uma noção de que a sociedade nada teve a ver com a Ditadura Militar :“Em tudo isto, sobressai uma tese: a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve, nada haver com a ditadura”¹⁰³ (p.9).

D.Aarão Reis pretende ensejar o argumento que caracteriza a sociedade como palatável e complacente ao regime militar instaurado, diferentemente da imagem que foi construída – a sociedade resistiu e teve sempre uma oposição hostil a ditadura – posteriormente. Esqueceu-se de ressaltar a grande “marcha da família com Deus e pela liberdade”, das omissões e das contribuições. Mais do que resistir, a sociedade se apresentava como inocente as políticas adotadas pelos militares.

É preciso salientar que principalmente a população dos grandes centros tinha posições hostis tanto em relação à ditadura militar, quanto à opção de enfrentamento armado de parte da esquerda brasileira. Ele destaca que existia um setor moderado que se situava entre a esquerda revolucionária e a polícia política, que após a desarticulação destas organizações voltaram a atuar solicitando a abertura política.

No que tange a postura do então diretor da EMOP, que não obstante tenha designado os membros da Comissão de Inquérito, se prontificou a viabilizar todos os mecanismos que pudessem facilitar o excelso desempenho dos trabalhos da referida Comissão, a fim de localizar os “subversivos” nos quadros daquela Escola. Em suas próprias palavras:

Sr. Presidente da Comissão de Inquérito: Em resposta à sua carta circular de 29 de abril findo devo esclarecer que como Diretor que sou da Escola não tenho nenhuma acusação particular a fazer. Espero contudo que da profícua atuação dessa Comissão possam resultar indicações ou fatos concreto que

102Doc. nº 61.Folha 96.Carta enviada pelo gerente da Caixa Econômica Federal.

103AARÃO REIS Filho, Daniel. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p.9.

possibilitem a apuração de alguma ocorrência irregular, acaso ocorrente. Destas condições estarei ao inteiro dispor de V. Ex^a para o depoimento ou esclarecimentos que deseje. Coloco também à sua disposição todos os recursos disponíveis pela Escola, seus arquivos e funcionários. Atenciosamente, Joaquim Maia.¹⁰⁴

Diante dos aspectos apresentados, faz-se necessário discorrer que se fez presente no cenário político brasileiro, e nele atuou arduamente, os chamados anticomunistas, grupo empenhado em combater qualquer manifestação de comunismo, principalmente a vertente marxista-leninista que tinha sido praticada na antiga União Soviética. Ademais, criou-se também um imaginário anticomunista, que embora tentasse representá-los a partir de dados reais, acabaram por caricaturá-los de forma burlesca, atribuindo-lhes até mesmo características diabólicas e zoomórficas.

Torna-se de suma importância compreender as manifestações de anticomunismo ocorridas no Brasil, principalmente na década de 60, pois elas tiveram demasiada influência sobre a sociedade, convencendo-a do perigo iminente da “ameaça comunista”, se erigindo como argumento capaz de “justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade (ao menos parte dela) da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda”.¹⁰⁵

Tendo em vista que a criação da Comissão de Inquérito da EMOP ocorreu em meio a uma das fases mais agudas de manifestação anticomunista, isto é, entre 1961-1964, e que se encontra presente na documentação estudada algumas características próprias do imaginário anticomunista constituído no Brasil, pode-se dizer até mesmo que se a criação da Comissão de Inquérito não se deu baseada exclusivamente neste princípio, ao menos serviu como principal argumento, capaz de legitimar sua atuação frente à sociedade.

Para tanto, será analisado no próximo capítulo os interrogatórios procedidos pela Comissão de Inquérito, tendo como referência o livro já citado “Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964) “¹⁰⁶ de autoria do historiador Rodrigo Patto Sá Motta(2002), cujo principal argumento desenvolvido converge para o mesmo desfecho da documentação estudada.

¹⁰⁴ Doc. n° 97. Folha 146.

¹⁰⁵ MOTTA, 2002, p. XXII.

Capítulo 3. O imaginário anticomunista e os interrogatórios.

Neste capítulo abordarei, especificamente, as declarações que foram levadas a termo pela Comissão de Inquérito, durante a fase dos interrogatórios, analisando-as sob a perspectiva do “imaginário anticomunista” que já estava consolidado naquele período. Assim, pretende-se ressaltar quais eram as preocupações da Comissão de Inquérito no que tange ao envolvimento dos integrantes da Escola de Minas com o comunismo, bem como explicitar como este grupo representava os comunistas: “ Em essência, trata-se de perceber a visão dos anticomunistas sobre seus inimigos revolucionários: como eles pensavam, sentiam, imaginavam e viam os comunistas e o comunismo, em uma palavra, como os representavam”¹⁰⁷.

3.1 De frente com a Comissão: argüição oral.

Diante das intimações recebidas, só restava aos respectivos intimados comparecerem a “sala dos professores” a fim de prestarem seus depoimentos aos membros da Comissão de Inquérito, o não comparecimento significaria “ato subversivo”. Deste modo, realizaram-se os mencionados interrogatórios, nos quais é possível vislumbrar uma série de características que eram associadas ou tidas como “manifestação do comunismo”. Para tal, realizo, grosso modo, uma breve enunciação do que compõe o que se chamou de “imaginário anticomunista”.

Antes da primeira efetiva experiência comunista no mundo, isto é, antes da subida dos bolcheviques ao poder (1917), o comunismo se caracterizava por ser uma ameaça pouco contundente. Mas, com a efetiva consolidação deste grupo no poder, estava prenunciada uma crise nos setores conservadores, pois o que antes era uma simples idéia, um mero “espectro”, tornou-se numa visceral ameaça.

Em face da crescente expectativa criada em torno do comunismo, concomitantemente, viu-se surgir um sentimento antípoda, o anticomunismo. Exatamente nos períodos de efervescência do proselitismo comunista, que se presenciaram as fases mais agudas de manifestação anticomunistas, pois:

¹⁰⁷ Ibid, p. XXV.

A força do comunismo, consubstanciada na expansão e crescimento dos partidos e ideais comunistas, engendrou o anticomunismo. Os grupos sociais atemorizados pela “ameaça” ou “perigo” comunista, por sinal expressões reveladoras de seu estado de espírito, trataram de organizar-se e articular uma contra-ofensiva visando ao combate do projeto revolucionário.¹⁰⁸

Deste modo, foi se evidenciando na sociedade brasileira uma paulatina polarização política, tornando-se crescente o embate entre comunistas e anticomunistas, principalmente após a “Intentona Comunista” ocorrida no de 1935. Este evento forneceu o arsenal necessário para que se criasse um profícuo “imaginário anticomunista”, uma vez que:

foi a “Intentona Comunista”, em novembro de 1935, a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil. O impacto foi enorme sobre a opinião conservadora, afinal, não era uma rebelião comum: tratou-se de uma tentativa armada dos comunistas de tomarem o poder, a qual, uma vez bem sucedida, poderia ter provocado grandes transformações na organização social brasileira.¹⁰⁹

A “Intentona Comunista” representou uma radicalização da postura da esquerda, se erigindo a partir daí como um verdadeiro perigo para o governo brasileiro, pois apresentaram provas suficientes de que planejavam tomar o poder a qualquer momento, e, até mesmo por meio do recurso bélico. Diante desta fatídica insurreição armada, os anticomunistas conseguiram mobilizar setores que até então não acreditavam no real “perigo vermelho”, fortificando ainda mais, através dos mitos criados em cima deste episódio, o “imaginário anticomunista”.

Não somente a Intentona contribuiu para a construção do imaginário anticomunista, mas também a própria experiência tida na União Soviética, cujas notícias chegavam ao Brasil, não sem certo exagero. Chegou-se mesmo a dizer que as mulheres eram submetidas a um processo de “comunização” por parte dos líderes soviéticos. Os comunistas eram considerados sem religião, amorais, cruéis e, até mesmo possuidores de características demoníacas. Foram-lhe imputadas todas as características que remetiam a aspectos extremamente negativos e cruentos.

¹⁰⁸ Ibid, p. XX.

¹⁰⁹ Ibid, p.XXI.

No segundo grande momento de efervescência anticomunista, nos anos de 1961-1964, percebe-se que embora tenham mantido algumas tradições consolidadas no período 1935-1937, surgiram, em contrapartida, elementos novos que ajudaram a compor o imaginário anticomunista.

No plano internacional, Cuba emerge no bloco mundial como um país socialista, despertando a admiração dos militantes brasileiros. A vitória da revolução cubana contra a ditadura de Fulgêncio Batista representou a capacidade do povo de depor um governo opressor por meio da luta de guerrilhas. Por se tratar de um exemplo ocorrido nos arredores do Brasil, e não mais vindo de um país distante (Rússia), os anticomunistas alarmaram-se devido à proximidade do “mau exemplo”.

Passou-se a acreditar cada vez mais no caráter iminente da ação dos comunistas, que influenciados pelo exemplo cubano e apoiados pelo governo Goulart poderiam de fato tomar o poder em prol da doutrina comunista.

Nota-se que os argumentos se deslocam de uma mítica mais descomedida para o campo sócio-econômico, ressaltando os “fracassos” da experiência dos países socialistas. Assim, “Na década de 1960, as críticas tenderam a concentrar-se na tentativa de mostrar o modelo comunista como frágil no aspecto econômico e deficiente no plano social”.¹¹⁰ A “demonização” dos comunistas passou a ter uma dimensão tênue nesta conjuntura. Portanto, houve uma mudança de enfoque nas críticas direcionadas aos países socialistas, passou-se a indagar sobre as suas condições sociais e econômicas, apontando as suas fragilidades e deficiências.

É importante destacar o papel que desempenha um determinado imaginário na sociedade, uma vez que ele se dissemina em todos os seus âmbitos, influenciando e delimitando a sua organicidade. Deste modo, como pontua José Murilo de Carvalho:

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos, e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro [...]¹¹¹

¹¹⁰ Ibid, p.244.

¹¹¹ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas*. O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.10.

No caso presente, o imaginário anticomunista, juntamente com a atuação dos anticomunistas, teve importante papel na política brasileira, pois os elementos que o constituíram eram sempre associados a aspectos degenerativos, contribuindo assim, para a formação de uma imagem por vezes deturpada do comunismo e dos comunistas:

o anticomunismo deu origem à constituição de um imaginário próprio, uma conjunção de imagens dedicadas a representar os comunistas e o comunismo. Naturalmente, dada a disposição de recusa integral ao projeto revolucionário, tais imagens concentraram-se em apontar aspectos negativos nas doutrinas e práticas comunistas.¹¹²

É possível verificar na documentação estudada que os supostos comunistas eram vistos com repugnância pelos setores conservadores, tornando-se, por isso, de suma importância realizar uma verdadeira perseguição aos que se encontravam infiltrados nos quadros daquela egrégia Escola. Acreditava-se que esses poderiam estar agindo segundo o comando de um “chefe” externo, pois se percebe nos interrogatórios¹¹³ pesquisados que existia uma constante preocupação em identificar se na sociedade ouropretana havia algum “chefe comunista”.

Deste modo, é possível interpretar que a preocupação da Comissão de Inquérito ia para além de inspecionar os elementos tidos como comunistas nos quadros da Escola, mostrando-se disposta a estender suas investigações para outros âmbitos. A ânsia investigativa traduz-se no anseio de detectar aquele que seria o instigador da “subversão” na sociedade ouropretana, como se percebe nos trechos reproduzidos a seguir:

Perguntado sobre se sabe quem é, ou se ouviu falar, quem é o chefe comunista aqui em Ouro Preto, respondeu que não faz a mínima idéia.¹¹⁴

Perguntado se sabe, ainda por ouvir dizer, se existe algum chefe comunista em Ouro Preto respondeu que não pode dar informações alguma a respeito por nunca ter ouvido dizer.¹¹⁵

¹¹² Ibid, p.47.

¹¹³ Todos os respectivos interrogatórios estão assinados por todos os membros da comissão e pelo depoente.

¹¹⁴ Depoimento do aluno Antônio Carlos de Moraes Sarmiento. Doc. n° 35. Folha 52.

¹¹⁵ Depoimento do aluno Márcio Antônio Pereira. Doc. n° 34. Folha 50.

Outro depoimento a respeito do “chefe comunista” chega a ser jocoso:

Perguntado sobre se sabe informar quem seja o chefe comunista em Ouro Preto disse que absolutamente nunca ouviu dizer que em Ouro Preto houvesse um chefe comunista e que os elementos presos o foram tão somente por não serem conservadores, pois se os incluísse entre os comunistas segundo o seu modo de ver o próprio PAPA PIO VI devia ser incluído entre êles.¹¹⁶

Nota-se neste depoimento uma tentativa de demonstrar que as acusações que foram infligidas aos “comunistas” eram imprecisas e sem fundamentos doutrinários concretos, pois só o foram por não assumirem posições “conservadores”, não passando de acusações baseadas em evidências pouco convincentes.

Vale ressaltar a importância que os líderes comunistas desempenharam na composição do imaginário anticomunista, pois eram retratados com características que remetiam a idéia de que eram extremistas e radicais, estando o país, deste modo, vulnerável aos seus “impulsos”.

Nesta perspectiva, destaca-se um autêntico líder gaúcho, cujo radicalismo político repercutiu em todo o país, gerando um clima de insegurança e receio, que foi aproveitado pelos anticomunistas, pois, “O radicalismo de Brizola atraiu sobre si a ira dos anticomunistas, que identificaram no estancieiro gaúcho o mais provável candidato ao papel de “Fidel” brasileiro”.¹¹⁷

Desta maneira, não fugindo a regra e as preocupações típicas dos anticomunistas, a Comissão tratou de indagar sobre o que os depoentes achavam da política praticada por Leonel Brizola, e como não é de se admirar, estando situados numa conjuntura de tensões ideológicas, as respostas foram convergentes:

perguntado se conversou ou discutiu com alguém com respeito a política do Sr. Leonel Brizola disse que delas tinha notícia apenas pelos jornais e considerava tão política de baderna e agitação.¹¹⁸

As perguntas estiveram sempre envoltas de preocupações relativas às políticas pretendidas pelo governo deposto, se destacando as inquietações em relação às reformas

¹¹⁶ Depoimento do aluno Eduardo Telles de Barros. Doc. nº36. Folha 55.

¹¹⁷ MOTTA, 2002, p.253.

¹¹⁸ Depoimento do aluno Eduardo Telles de Barros. Doc. nº36. Folha 55.

de base, perpassando, como já mencionado, pelos “temerosos” líderes comunistas, até chegarem às instituições tidas como subversivas, no caso, a UNE.

Também se destaca a preocupação em relação a Juventude Universitária Católica (JUC), por se tratar de um setor progressista da Igreja Católica envolvido na luta por reformas sociais, a Comissão julgava importante conhecer o nível de envolvimento dos depoentes com esta organização.

Discutirei de forma mais específica as declarações que os depoentes prestaram sobre estas questões que inquietavam a Comissão de Inquérito.

2.1 O governo João Goulart e as reformas de base

O questionamento em relação ao governo Goulart e, mais especificamente, as reformas de base, foi recorrente entre os interrogatórios. Na medida em que estava em curso o inquérito, perguntava-se ao depoente se este era parcialmente ou integralmente a favor das reformas de base.

É compreensível a preocupação por parte dos setores conservadores em relação ao Governo de João Goulart, pois este era conhecido por manter relações estreitas com a esquerda. Jango foi acusado de ter infiltrado comunistas no aparelho governamental, dando-lhes altos cargos públicos, bem como de manter uma política externa que visava à aproximação com o bloco socialista, o que representava, por conseguinte, um afastamento das diretrizes estabelecidas pelos EUA.

No governo de Jango teve-se o segundo grande “surto anticomunista”, segundo a perspectiva do historiador Rodrigo P. Sá Motta, provocado devido às acusações de que este se apresentava vulnerável diante da ameaça comunista, assim:

Durante a vigência do governo João Goulart, entre setembro de 1961 e março de 1964, teve lugar uma das maiores “ondas” anticomunistas ocorridas no Brasil, cujos desdobramentos levaram ao golpe militar. Um dos principais vetores da crise eram as acusações de que o presidente favorecia o crescimento do comunismo, seja direta ou indiretamente. ¹¹⁹

O governo de João Goulart, após se lançar em prol das campanhas pela reformas de base, foi paulatinamente sendo visto pelos setores conservadores com certo receio,

¹¹⁹ MOTTA, 2002, p.131.

uma vez que até então não se havia feito no Brasil uma proposta de natureza tão radical quanto aquela. Por isso, ela provocou manifestações tão contundentes, como a “Marcha da família com Deus pela liberdade”.

Assim, nos interrogatórios muito se questionou sobre as reformas de base:

Perguntado em que sentido encarava os planos do Governo deposto com referência às reformas disse que apesar de concordar com a necessidade de reformas sociais não apoiava o que pregava o Governo por considerá-las como politicagem imunda e suja.¹²⁰

Perguntado sobre a opinião com respeito à política de reformas orientada pelo Governo deposto, respondeu que apesar de jamais ter se preocupado com tais questões de reforma parecia-lhe entretanto de natureza demagógica.¹²¹

As reformas de base, notadamente no que diz respeito à reforma agrária, foi vista como um atentado a propriedade individual devido à decretação de expropriação de terras feita pelo presidente João Goulart, como se percebe no seguinte depoimento:

Perguntado em que consistiu as reformas de base quanto ao seu ponto de vista respondeu que julga que tais reformas necessárias a atender a justiça social *deveriam ser feitas mantendo as liberdades civis, não ferindo o direito de propriedade* e portanto de maneira mais técnica visando resultados mas eficientes.¹²²

É possível verificar nestes depoimentos que alguns alunos apoiavam parcialmente as reformas de base, julgando que tais eram necessárias para o desenvolvimento do Brasil, embora devesse ser feita respeitando o direito à propriedade. Compreende-se que alguns alunos tenham se manifestado assim diante da Comissão, pois até mesmo alguns líderes do movimento golpistas demonstraram-se a favor delas, especialmente empresários modernos, embora haja um efetivo distanciamento entre o projeto desses setores e os da esquerda radical.

3.2. A UNE

¹²⁰ Depoimento do aluno Eduardo Telles de Barros. Doc.nº 36. Folha 55.

¹²¹ Depoimento do aluno Antônio Carlos de Moraes Sarmiento.Doc. nº 35. Folha 52.

¹²² Depoimento do aluno Márcio Antônio Pereira.Doc. nº 34. Folha 50. Grifos meus.

Igualmente preocupante para a Comissão era saber o nível de envolvimento dos alunos, e, em especial, aqueles do Diretório Acadêmico, com a União Nacional dos Estudantes (UNE)¹²³ por ser considerada uma organização altamente subversiva. Acreditava-se que os comunistas estariam agindo em meio aos estudantes, e, por isso, tornou-se de extrema importância inspecionar os âmbitos estudantis, firmando-se uma das razões que justificam a instalação destas comissões no cerne das estruturas universitárias.

Segundo Rodrigo P. Sá M. presumia-se que:

Os “vermelhos” estariam encastelados nas entidades estudantis, de onde comandavam a participação juvenil nas agitações políticas. A União Nacional dos Estudantes (UNE) seria o foco maior da atuação dos inimigos e por esta razão mereceu atenção especial da reação anticomunista (“Ponta de lança a soldo de Moscou”).¹²⁴

Percebe-se tal inquietação nesta parte do interrogatório reproduzida a baixo na qual se indaga o aluno sobre possíveis influxos da UNE nas dependências da EMOP:

interrogado se tinha conhecimento de influências da UNE sobre o Diretório Acadêmico, ou sobre os estudantes de Ouro Preto quanto à política em geral respondeu que nada saber sobre isso, podendo mesmo contar as vezes que esteve no Diretório Acadêmico, e que tudo que sabia a respeito, era pelos boletins e notícias afixados na entrada dos Restaurante, o que é de conhecimento de todos.¹²⁵

Nesta mesma faceta, perguntou-se a outro estudante:

perguntado se tinha conhecimento de influências da UNE sobre o Diretório Acadêmico ou sobre os estudantes de Ouro Preto com respeito a política em geral disse que como membro do Diretório podia informar que as relações com a UNE eram apenas com respeito a interesses universitários como por exemplo o recebimento de verbas e para o qual a UNE se

¹²³ A UNE teve o seu prédio depredado e incendiado pelos militares em primeiro de abril de 1964, tornando-se evidente a preocupação dos militares em relação a esta agregação estudantil.

¹²⁴ MOTTA, 2002, p.255

¹²⁵ Depoimento do aluno Sérgio Antônio Preti Maculan.Doc.n ° 58. Folha 92.

propunha ajudar o diretório mediante um pagamento de 2 por cento; nada mais sabe sobre o assunto¹²⁶

É importante ressaltar que embora o aluno se declare membro do D.A, ele afirma que as relações com a UNE eram restritas a interesses específicos da EMOP, como o recebimento de verbas. É pouco provável que o contato estabelecido com a UNE fosse apenas referente a questões financeiras, pois na década de sessenta a UNE estava envolvida, segundo R. Dreifuss¹²⁷, com uma série de questões relativas à reforma universitária e educacional, campanha de alfabetização, reforma agrária e entre outras, que circundavam os debates políticos dos estudantes daquela época, inclusive os da Escola de Minas. Mas tratando-se de um inquérito, qualquer informação prestada poderia comprometer as atividades do D.A.

A Comissão de Inquérito manteve-se preocupada com a possibilidade de disseminação de idéias subversivas no âmbito da Escola de Minas, a UNE era tida como principal divulgadora das idéias de caráter comunista.

A leitura de literaturas consideradas como “leitura subversiva”, ou o simples fato de possuir tais publicações era visto com desconfiança pelos órgãos de segurança e informações, pois era tido como um mecanismo de propagação das idéias “subversivas” e, por isso, fazia-se necessário conter sua circulação entre a população. O DOPS realizava vistorias a fim apreender os materiais considerados “subversivos”. Tais inspeções foram realizadas em Ouro Preto, segundo depoimento do aluno Antônio Carlos de Moraes Sarmiento:

Perguntado se lia a literatura comunista, respondeu que na verdade recebia revistas e livros mas que não os lia e que todos estão detidos no DOPS.¹²⁸

Quanto às vistorias e apreensões, estas foram feitas também nas repúblicas estudantis de Ouro Preto, como discorre o depoente:

Perguntado sobre a acusação que lhe está sendo feita “como comunista, agitador e adépto do partido vermelho”, respondeu que não é comunista e que nem pertence a qualquer

126 Depoimento do aluno Nelson Maculan Filho. Doc nº 57. Folha 89.

127 DREIFUSS, René A. 1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classes. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1987.

128 Doc. nº 35. Folha 52.

agremiação política. Sobre sua prisão pela Delegacia de Polícia de Ouro Preto não sabe informar a causa que a motivou, se denúncia de algum elemento desconhecido do depoente, se pelo fato de ter sido encontrado pela polícia, no quintal da “República dos Deuses” onde mora, algumas publicações ou panfletos que tenham sido considerados como material de natureza subversiva ou extremista.¹²⁹

Alguns dos estudantes que prestaram depoimentos eram moradores das tradicionais repúblicas de Ouro Preto, por isso na documentação faz-se referência a duas repúblicas estudantis¹³⁰ que eram compostas por alunos da EMOP.

Perguntou-se majoritariamente para os interrogados se possuíam ou se já haviam feito leituras de livros considerados comunistas. O aluno Márcio Antônio Pereira foi o único que confessou já ter lido “Max”¹³¹, e acrescenta ainda a sua perspectiva crítica sobre o que ocorria na Rússia:

Perguntado sobre as suas idéias com respeito ao que havia lido em vários livros com respeito às teorias políticas disse que, além de MAX, leu ARISTÓTELES, a BÍBLIA, PLATÃO e outros, chegando a conclusão que *o próprio MAX não é aplicável atualmente nem mesmo na Rússia.*¹³²

O aluno Jacques Hersvovid se justifica afirmando que a literatura soviética que possuía era vinculada ao conhecimento técnico científico:

Perguntado se possuía literatura comunista ou considerada extremista respondeu negativamente dizendo que na sua República, República Pureza há livros soviéticos e êle mesmo possui alguns porem todos de natureza técnica científica¹³³.

De acordo com uma parte do interrogatório leva-se a presumir que houve um movimento de panfletagem em Ouro Preto, com distribuição de “material subversivo” entre as casas residências de Ouro Preto, como se percebe:

¹²⁹ Depoimento do aluno Haroldo Pereira da Silva. Doc. nº 55. Folha 84. Os grifos são originais. Em outro momento do interrogatório, ele discorre que o material foi de fato apreendido pela polícia de Ouro Preto.

¹³⁰ “República Pureza” e “república dos Deuses”.

¹³¹ Provavelmente errou-se na hora de datilografar o nome, que com certeza faz referência ao precursor da doutrina marxista, Karl Marx. Caixa alta no original.

¹³² Doc.nº 34. Folha 51.

¹³³ Doc. nº 56. Folha 87.

Indagado sobre a origem do material subversivo que, vez por outra vinha sendo distribuído, às altas horas da noite, ou afixados às paredes, ou ainda colocado por baixo das portas das residências ouropretanas, disse que de nada sabe a respeito¹³⁴.

Com a ascensão dos militares ao governo, a censura tornou-se uma forma rotineira de impedir que “idéias subversivas” fossem divulgadas na sociedade, neste intuito censurou-se leituras, filmes, novelas, e entre outros meios de comunicação.

Nos depoimentos estudados, indagou-se se os alunos discutiam sobre a política extremista, leia-se comunista, nos quadros da Escola e, até mesmo sobre política em geral. Deste modo, torna-se evidente que a liberdade de expressão foi violada neste contexto, censurando diálogos de cunho político.

A própria instalação da Comissão de Inquérito, procedida de cerceamento da liberdade de expressão no âmbito da Escola de Minas e de prisões efetuadas pela Polícia de Ouro Preto e pelo DOPS, contribuiu para que se criasse um clima de insegurança e medo naquele *lócus*.

Em seu depoimento, o aluno Nelson Maculan Filho, afirma que o que mais lhe impressionou no momento de sua prisão, foi ver alguns “colegas” de república com os quais ele mantinha contato auxiliando o “aparato militar”. Ele discorre sobre o “clima” da Escola depois de efetuadas as prisões:

Obviamente que a repercussão foi muito forte. Instalaram-se, entre os estudantes, a revolta, o medo da delação e a desconfiança. No meio de todo este clima, de reunião ocorrida no Diretório Acadêmico da Escola de Minas saiu a deliberação de que aqueles estudantes que participaram das ações para prisão de estudantes não mais seriam chamados de colegas. Esta posição foi assumida, inclusive, por colegas que tinham posição política de direita mas que, de forma pública e clara, repudiavam aquele tipo de atitude. Os “voluntários” passaram a ser ostensivamente repudiados e isolados pela imensa maioria dos colegas. O ambiente de convivência alegre e harmônica nunca mais voltou a ser o mesmo.¹³⁵

¹³⁴ Doc.nº 58. Folha 91.

¹³⁵ MACHADO, Otávio Luiz (org.). *Depoimento de Nelson Maculan a Otávio Luiz Machado*. Recife-PE: Projeto “O Debate da relação educação e sociedade no movimento estudantil das tradicionais escolas de engenharia de Ouro Preto e Recife”, 2003.

A repercussão não poderia ter sido diferente após um episódio de extremo radicalismo, como foi a prisão de alunos acusados indiscriminadamente de “subversivos”.

Encontra-se na documentação, três depoimentos de Professores da Escola de Minas que foram acusados como “comunistas, agitadores e adeptos do partido vermelho”, e por este motivo foram intimados a prestar depoimento.

O Professor Antônio Pimenta discorre que lecionava na EMOP há três anos, sendo categórico em suas declarações, afirmando a falta de veracidade das acusações infligidas sobre ele:

Acho que a acusação que me fizeram sem nenhum fato comprobatório é se além de nada fundamentar, torpe e tenta manchar a honra de um cidadão que faz questão absoluta de um nome limpo. Não posso estender mais nessa defeza uma vez que não encontrando motivo para a denúncia fico sem nada para contestar.¹³⁶

O Professor Oswaldo Magalhães Dias apresenta perante a comissão uma série de declarações (inclusive expedidas pelo próprio DOPS) advertindo sobre a improcedência das acusações, atentando para o fato de que estas foram feitas por algum “inimigo gratuito”.

Assim como no caso dos professores, os alunos também recorreram a este argumento afirmando que as acusações eram feitas baseadas em desavenças pessoais, ou em virtude das relações de poder estabelecidas no cerne da Escola de Minas, ou ainda devido a infaustas evidências, como o fato de ter encontrado exemplares do jornal “Brasil Urgente” no quarto de um aluno. Chegou-se mesmo a desconfiar que houvesse chineses instalados na Escola, fato que foi esclarecido por um aluno que trabalhou como intérprete¹³⁷, de que eram apenas estudantes japoneses realizando intercâmbio na Escola de Minas.

Pode-se dizer, assim, que é característica própria de todo expurgo ter como referência os ódios, antipatias e a parcialidade daquele que acusa, portanto utiliza-se da

¹³⁶ Doc.nº 79. Folha 117.

¹³⁷ O aluno Osamu Takanohashi foi intimado a depor, provavelmente, devido a sua atuação como intérprete, que gerou suspeitas devido ao seu possível envolvimento com “chineses implicados na revolução de março por ocasião da visita deles a Ouro Preto.”.Doc.nº45. Folha 68.

mesquinhez, do “espírito vingativo e abre espaço para qualquer tipo de oportunismo”¹³⁸, segundo considerações feitas pela associação dos docentes da USP, quando analisaram os casos de expurgos que ocorreram naquela universidade.

Constitui-se em tarefa difícil apontar aqueles elementos que de fato eram comunistas¹³⁹, mas não nos interessa esclarecer se as acusações eram procedentes ou não, se limitando este trabalho apenas em apontar como o golpe de 1964 alterou a dinâmica das instituições de ensino superior e, em especial, da Escola de Minas de Ouro Preto. A própria argüição oral feita pela Comissão já se apresenta como um mecanismo de repressão (ainda que sem agressões físicas) e que, por conseguinte, já produz um ambiente de tensões.

3.3 Um episódio “provocante”: os pichamentos.

Um fato ocorrido no centro histórico de Ouro Preto, em uma noite aparentemente “tácita”, “às caladas”, alarmou a Comissão de Inquérito. Logo depois de estourado o movimento golpista, viu-se as ruas ouropretanas amanhecerem envoltas de slogans que manifestavam apoio ao regime deposto.

Almejava-se identificar os responsáveis pelo pichamento da cidade, ato este considerado como pura manifestação da “subversão”. Ao que consta, tal movimento foi realizado, em grande parte, pelos alunos da EMOP¹⁴⁰.

Para se ter uma dimensão substancial do caráter evidentemente *reformista*, reproduzo abaixo exemplo das inscrições:

Logo que se verificou o início do movimento civil e militar que, com a deposição do Governo Goulart, conduziu o país a normalidade democrática, a cidade amanheceu toda pixada, com slogans no passeio – tais como: abaixo o latifundiário – impeachant para Magalhães – cadeia para Lacerda, Adhemar e Magalhães- Justiça social e paz- Abaixo os gorilas- Tudo pelas reformas de base- Legalidade com Jango- Universidade para todos e etc. Isto posto, a Comissão deseja

¹³⁸ ASSOCIAÇÃO dos Docentes da USP. *O controle ideológico na USP: 1964-1978*. São Paulo: ADUSP, 2004. P.20.

¹³⁹ Só poderia ser feito esta constatação através de entrevista oral, uma vez que nos depoimentos ninguém se declarava abertamente adepto do comunismo, fato compreensível devido a própria imposição ideológica do momento.

¹⁴⁰ Segundo depoimento do aluno Nuri Andraus Grassani, a maioria dos integrantes do movimento das pichações eram alunos da EMOP. Doc. nº 43. Folha. 63. Vale ressaltar, que ele foi o único que admitiu ter participado das pichações.

saber se o depoente sabe informar sôbre quem andou a escrever tais frases¹⁴¹.

O aluno Nuri Andraus Gassani, ex presidente do D.A, admitiu em depoimento que fez parte do movimento das pichações, pois achava que era uma forma legal de manifestar-se, como esclarece:

A esta pergunta respondeu que na noite, em que surgiu o movimento revolucionário, o depoente participando da manifestação que estava se realizando por meio daqueles escritos no passeio, todavia, *achou que os mesmos seriam uma forma legal de manifestação*, porquanto não houve qualquer objeção por parte da autoridade policial que presenciara o fato, isto é, o delegado de polícia de então.¹⁴²

Acrescentou ainda que foi ele próprio quem comprou o material para as pichações, isto é, cinco latas de tinta, no valor de novecentos cruzeiros, na rua do Ouvidor.

É interessante notar que ele respondeu ao questionário que julgava o regime democrático ideal para o Brasil, assim, pediu-se que ele esclarecesse o significado de tal termo:

Respondeu que é Democracia da República federativa caracterizada pelas câmaras do congresso cujos representantes são eleitos pelo sufrágio direto do povo¹⁴³.

A partir deste episódio enfileirado por alunos da EMOP, supõem-se que existiam alunos favoráveis as orientações do governo deposto, embora seja difícil mensurar o grau de adesão, bem como o número de estudantes que participaram deste episódio.

3.4 A JUC

A Juventude Universitária Católica (JUC) arranja-se em meio ao movimento católico leigo. Atuou em conjunto com o movimento estudantil e tinha como um dos objetivos principais a luta pelas reformas sociais.

¹⁴¹ Depoimento do aluno Eduardo Telles de Barros. Doc. nº 36. Folha 55.

¹⁴² Doc. nº 43. Folha. 63

¹⁴³ Doc, nº 43. Folha 64.

Esta entidade foi vista com desconfiança pelos setores tradicionalistas da Igreja Católica, principalmente aqueles que tinham como bandeira principal o anticomunismo. Acreditava-se que devido aos seus objetivos de cunho reformista, a JUC se descuidaria de combater os comunistas.

O surgimento de setores “progressistas” no âmbito da Igreja Católica intensificou a idéia de que era preciso combater a “infiltração comunista”, já que emergia uma “esquerda católica” menos engajada no projeto de combate aos comunistas e mais propensa as questões de âmbito político e social. Assim, viu-se surgir tal “esquerda católica” que fazia frente à hierarquia católica e as suas determinações doutrinárias de cunho anticomunista, expressas nas encíclicas e cartas pastorais.

Percebe-se neste contexto que a Ação Católica passou a sofrer influência dos setores “progressista”, gerando uma mudança na perspectiva de atuação de parte da Igreja frente aos problemas sociais e políticos específicos. Pode-se dizer que:

Essa Ação Católica, na década de 1950 e início da de 1960, foi responsável por um forte dinamismo da Igreja e por sua presença na sociedade mais ampla. Um movimento teria uma influência particular, a Juventude Universitária Católica (JUC), entre 1959 e 1965, quando lançou a idéia de procurar um "ideal histórico" para o Brasil (1960), participando intensamente da política universitária e fornecendo quadros dinâmicos para a educação popular.¹⁴⁴

Segundo o historiador Sérgio Ricardo da Mata, a JUC representou a expressão do processo de (re) significação que vinha ocorrendo em alguns setores da Igreja, no que tange as suas ações e representações sobre a fé. Já não era mais possível transcender a política, e, por conseguinte, aos problemas mundanos, o processo de “sublimação” pretendido pela Igreja Católica viu-se arrefecer frente às propostas de atuação da JUC, pois:

No caso da JUC, nem mesmo toda a preocupação de que os jovens se mantivessem "fora e acima da política" impediu que eles se deslocassem exatamente naquela direção. Em suma, o incentivo à Ação Católica libera forças latentes, até então contidas, de modo que o ambiente histórico dos anos 50

¹⁴⁴SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. As várias faces da Igreja Católica. *Estudos avançados*. vol.18, n.52, p.78-79, 2004.

possibilitaria a reversão daquilo que D. Viçoso promovera um século antes: a *dessublimação* da política.¹⁴⁵

A JUC possuía representantes do apostolado em Ouro Preto¹⁴⁶, fator que gerava inquietação aos setores tradicionalistas. Mas o que realmente preocupava a Comissão de Inquérito era a vinculação de estudantes da EMOP com aquela entidade, uma vez que esta se posicionou contundentemente, através do documento *Algumas Diretrizes de um Ideal Histórico Cristão para o povo brasileiro*, em 1960, contra princípios básicos consagrados pelo capitalismo.¹⁴⁷ Logo, interpretou-se que a JUC tinha fortes propensões em adotar as diretrizes do marxismo como sua vertente de análise.

Por esta razão, os alunos envolvidos com tal entidade eram vistos com notável potencial as “atividades subversivas”. A menção a JUC foi predominante nos depoimentos pesquisados, embora muitos tenham advertido que não faziam parte dela:

Perguntado se fazia parte da JUC ou qualquer outra entidade religiosa em Ouro Preto disse que não, apesar de ser católico por tradição mas atualmente não pratica esta religião.¹⁴⁸

Para exemplificar a preocupação da Comissão de Inquérito no que tange a aproximação da JUC com a orientação marxista, cito declaração abaixo:

Perguntado se no seu modo de agir com respeito a *coincidência de atitudes tomadas pela JUC com o programa comunista* se tal modo de agir tinha o caráter religioso ou político respondeu que era de natureza puramente religiosa buscando-se nas encíclicas papais e na essência do próprio cristianismo.”¹⁴⁹

José Paulo de Vasconcelhos Gomes foi o único aluno que se declarou, a princípio, filiado a JUC. Neste mesmo documento ele acrescentou que mantinha contato com a direção regional da JUC, em Belo horizonte. É importante observar que após ter

¹⁴⁵ MATA, Sérgio Ricardo da. JUC E MMC: Polaridade Político-religiosa em Belo Horizonte. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, Departamento de História-UEPG, vol.3, n.1, 1998, p.70.

¹⁴⁶ Segundo depoimento do aluno José Paulo de Vasconcelhos Gomes, o representante da JUC em Ouro Preto era o cônego José Pedro Mendes Barros.

¹⁴⁷ Segundo Sérgio R. da Mata, propôs-se neste documento dentre outras coisas: “primazia do trabalho sobre o capital, substituição do regime de propriedade privada, substituição da obsessão pelo lucro por uma maior prioridade às necessidades da "pessoa" e do povo brasileiro, fim da "condição proletária”. (MATA, 1998, p.69).

¹⁴⁸ Depoimento do aluno Nelson Maculan Filho.Doc. nº 57. Folha. 89

¹⁴⁹ Depoimento do aluno José Paulo de Vasconcelhos Gomes. Doc. nº44. Folha 66. Grifos meus.

esclarecido que pertencia a esta entidade, os membros da Comissão passaram a insinuar que havia “coincidência de atitudes tomadas pela JUC com o programa comunista”. Deste modo, ao fim do depoimento e ainda “em tempo” de não ser tachado de “subversivo”, declara:

Em tempo declarou ainda o depoente que, logo após o movimento revolucionário, procurou o cônego JOSÉ PEDRO MENDES BARROS, assistente e responsável espiritual da JUC em Ouro Preto para lhe dizer que em virtude das incompreensões reinantes com respeito a esta associação deixaria de continuar pertencente a ela continuando, entretanto, como dantes, participante do movimento religioso, prestando a sua colaboração como ajudante da missa na Igreja do Carmo e Mérces de Ouro Preto.¹⁵⁰

Intimidado devido às crescentes associações desta entidade com o comunismo pela Comissão de Inquérito, o aluno reposiciona-se frente à argüição desta Comissão de Sindicância.

É importante vislumbrar o modo como a Comissão de Inquérito se refere à JUC em seu parecer final enviado ao ministro da educação, denunciando a falta de “compromisso” dos representantes da JUC, pois estes não colaboraram com os “trabalhos” da comissão. Como se percebe:

Nota-se ainda a falta de pronunciamento dos membros da JUC de Ouro Preto, que, em franca oposição à atitude definida e desasembrada dos congregados marianos, trouxe a esta cidade e Pe. Telentino, o Pe. Viegas e suspeitíssimo Frei Josafat, com suas dialéticas nitidamente marxistas. Tais pronunciamentos, de certo, poderiam ser úteis aos trabalhos da comissão, e sobretudo no esclarecer até que ponto os estudantes filiados àquela entidade poderiam estariam implicados na política esquerdista do governo deposto, ou melhor, contaminados pelos pregueiros do mal, os espalhadores da sizânia, os depiladores das instituições a qualquer preço, que, sôbre o rubro pálido do Poder executivo, e a semelhança dos Toredos, vinham corroendo o âmago, ou melhor como diria Euclides da Cunha “o cerne da nacionalidade”¹⁵¹.

Presume-se que para a Comissão de Inquérito o comunismo poderia se manifestar de diversas facetas nos indivíduos, segundo algumas variáveis óbvias, tais

¹⁵⁰ Depoimento do aluno José Paulo de Vasconcelhos Gomes. Grifos meus. Doc. nº 44. Folha 67.

¹⁵¹ Folha 283.

como: estar vinculado a associações tidas como subversivas, como no caso, a JUC e a UNE; manifestar-se a favor do Governo de João Goulart; ser partidário das reformas de base; mostrar-se conivente com as políticas “badernistas” dos líderes comunistas e entre outras.

Estes elementos acrescidos de uma dimensão “descomedida”, própria de uma escrita satírica e difamatória compõe o que se denominou de: imaginário anticomunista. Pode-se dizer que ele influenciou direta e indiretamente na constituição da Comissão de Inquérito na Escola de Minas de Ouro Preto. Portanto, a ação dessa comissão caracteriza-se por ser uma manifestação de caráter evidentemente anticomunista.

Considerações Finais

Na introdução do seu parecer final, a Comissão de Inquérito, no firme propósito de cumprir com a “missão” que lhe foi incumbida buscou inicialmente se inteirar das ciências do direito, em especial da área criminal, a fim de determinar o que seria considerado crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social, e atos de guerra revolucionária. Assim determinou-se que qualquer propaganda marxista feita direta ou indiretamente, seria considerado crime contra o Estado.

A comissão discorre que apesar de ter se empenhado, devido ao escasso tempo e em virtude da responsabilidade e da gravidade da tarefa que lhe foi conferida, não foi possível chegar a resultados específicos.

Embora seu parecer final não especifique nomes concretos a serem acusados como “subversivos”, é importante destacar que a sua instalação e ações contribuíram, de algum modo, para o cerceamento da liberdade de expressão naquela Escola, propiciando um ambiente de tensões, como discorre a própria comissão: “quase todos se mostravam-se preocupados durante os interrogatórios”¹⁵².

No que tange aos conteúdos das cartas recebidas pela Comissão referente a setores da sociedade ouropretana, percebe-se que a maioria dos remetentes se sentia ameaçada diante do “credo vermelho”, mas demonstrava confiança e segurança na consolidação da “revolução vitoriosa”, que através do ato institucional (AI-1) viria garantir a efetuação da chamada “operação limpeza”.

Nota-se ainda que os comunistas foram majoritariamente representados através de características pejorativas, esses eram tidos como a própria manifestação da “maldade”, como sinônimo de ateísmo e de imoralidade:

Há certas coisas que a gente não sabe mostrar ou explicar, mas que sentimos nelas o mal (...) Sinto, ainda, que há muitos jovens silenciosos e desconhecidos envenenados pelo comunismo ateu. Vamos rezar para que eles sejam recuperados e vamos trabalhar para que não sejam alguma péssima surpresa no futuro¹⁵³.

Acredita-se, como já dito, que se utilizou na sociedade ouropretana de representações típicas do imaginário anticomunistas, como neste trecho acima que

152 Folha 288.

153 Folha 271.

atribui ao comunismo à capacidade de “envenenar” os jovens. Associou-se o comunismo até mesmo com doenças, pois uma vez atingidos pelo seu “veneno” seria preciso rezar em prol de sua “recuperação”.

Segundo a comissão de inquérito houve um demasiado empenho dos funcionários da EMOP a fim de auxiliar nos seus trabalhos, pois demonstraram um,

alto espírito de cooperação, movido por um sincero ideal de patriotismo, de todos os funcionários que lhe facilitaram o desempenho de sua missão, preferindo, não citar nomes, por que *desde o mais alto funcionário graduado até o simples servente, todos trabalharam, mesmo fora das horas de expediente, convictos de estarem contribuindo com o seu dever de verdadeiros cidadãos brasileiros*¹⁵⁴

Por fim, faz-se necessário ressaltar que as ações investigativas da Comissão de Inquérito tiveram um caráter repressivo, pois, censuraram, controlaram e limitaram as discussões políticas nos quadros da Escola de Minas de Ouro Preto, reproduzindo, ainda que em proporções menores, a lógica de um regime pautado no autoritarismo.

¹⁵⁴ Folha 277-278. Grifos meus.

Referências Bibliográficas:

AARÃO REIS FILHO, D. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

AARÃO REIS FILHO, D. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

ALVES, Maria H. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

ASSOCIAÇÃO dos Docentes da USP. *O controle ideológico na USP: 1964-1978*. São Paulo: ADUSP, 2004.

BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo. *A Escola de Minas de Ouro Preto*. O peso da glória. 2ª edição. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas*. O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DREIFUSS, René A. *1964: A conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classes. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1987.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos . Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

JÚNIOR, Caio Prado. *A Revolução brasileira*. 3ª edição. São Paulo: Editora brasiliense, 1968.

MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: Novas perspectivas*. São Carlos: EDUFSCar, 2006.

MATA, Sérgio Ricardo da. JUC E MMC: Polaridade Político-religiosa em Belo Horizonte. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, Departamento de História-UEPG, vol.3, n.1, pp.65-83, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Rev. Bras. Hist.* São Paulo: vol.28, n.55, pp. 245-263, 2008.

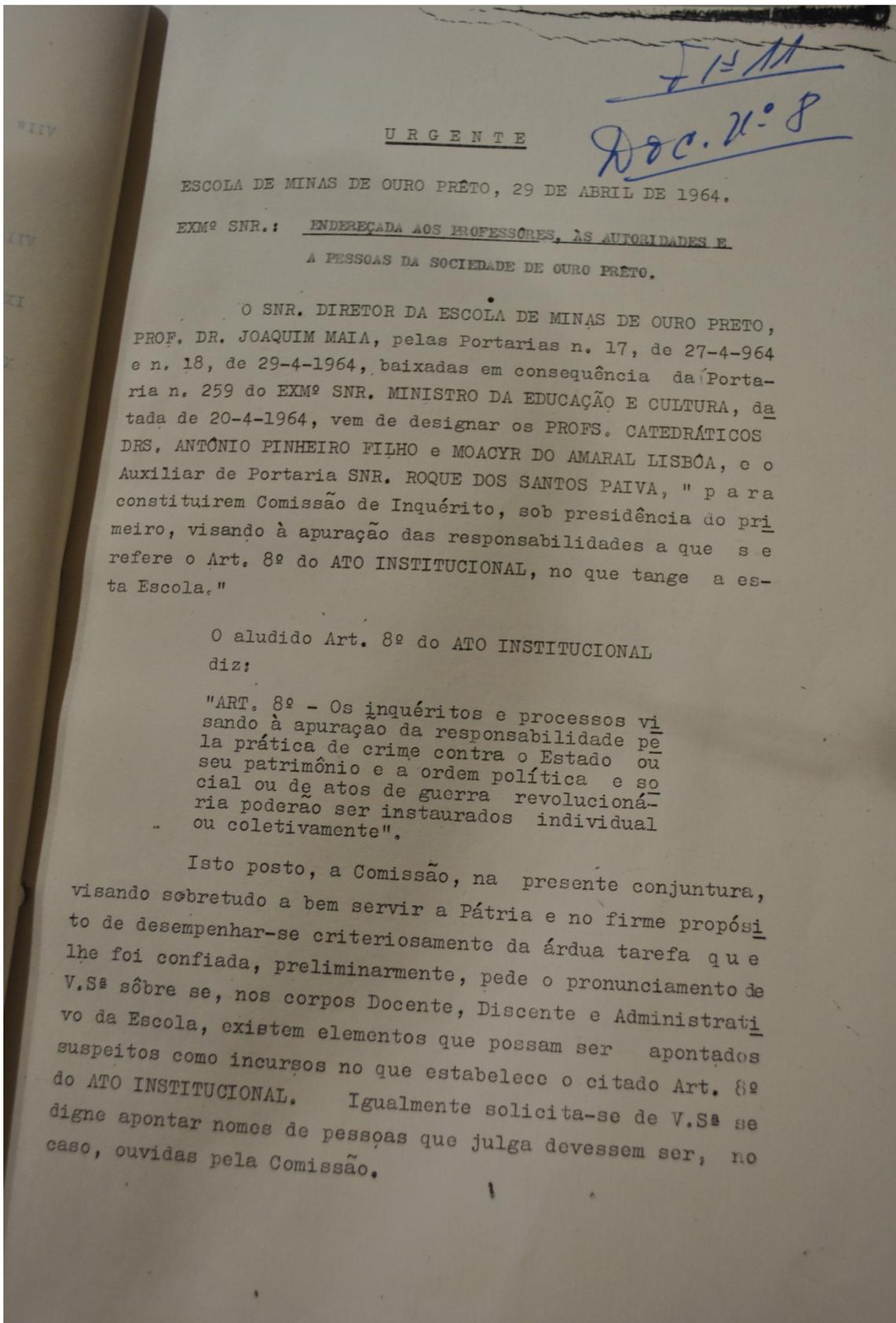
MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “*Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*. São Paulo: Jorge Zahar , 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Rev.Topoi*, Rio de Janeiro: v. 9, n. 16, p.30-67, 2008.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. As várias faces da Igreja Católica. *Estudos avançados*. vol.18, n.52, 2004,p.77-95.

ANEXO I



- 2 -

J1-12

Pede-se o pronunciamento patriótico de V.Sa, por escrito, com a urgência que se faz mister, de vez que foi fixado prazo à Comissão até 20 de maio, sem prorrogação .

A resposta de V.Sa, não obstante mantida em sigilo, uma vez contraditada pelos interessados como de justiça, poderá servir de base aos pareceres conclusivos a serem submetidos, posteriormente, à douda e esclarecida apreciação do EXMº SNR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA.

Atenciosamente,

A COMISSÃO:

Antonio Pinheiro Filho
ANTÔNIO PINHEIRO FILHO - Presidente.

Moacyr do Amaral Lisboa
MOACYR DO AMARAL LISBÔA.

Roque dos Santos Paiva
ROQUE DOS SANTOS PAIVA - SECRETÁRIO.

Dist. Dest. Cop.

Arq.: 3

APP/lv.

ANEXO II

71-13

Doc. 2-9

QUESTIONÁRIO CIRCULAR A SER PREENCHIDO PELOS ELEMENTOS DOS CORPOS DOCENTE, DISCENTE E ADMINISTRATIVO DA E.M.O.P., DE CONFORMIDADE COM O QUE FICOU RESOLVIDO PELA COMISSÃO DE INQUÉRITO. INSTAURADO NESTA ESCOLA, POR ORDEM DO EXMº SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, EM OBE DIÊNCIA AO ART. 8º DO ATO INSTITUCIONAL, de 9 DE ABRIL DE 1964.

NOME: _____ OURO PRETO, 29/4/64.-

ESTADO CIVIL: _____ IDADE: _____

NACIONALIDADE _____ PROFISSÃO _____

É SINDICALIZADO? SIM OU NÃO _____

DEFENDIA OU APOIAVA A POLÍTICA ORIENTADA PELO GOVERNO DEPOSTO COM O MOVIMENTO CIVIL E MILITAR, PATRIÓTICO E VITORIOSO EM 1º DE ABRIL DE 1964? SIM OU NÃO. _____

CONTRIBUIU COM O SEU APOIO DIRETO OU INDIRETO AO MOVIMENTO ACIMA REFERIDO? SIM OU NÃO. _____

TOMOU PARTE OU FOI CONVIDADO A TOMAR PARTE EM REUNIÕES OU COMÍCIOS PROMOVIDOS PARA A PROPAGANDA E EFETIVAÇÃO DOS PLANOS DE GOVERNO DO REGIME DEPOSTO? SIM OU NÃO. _____

TOMOU PARTE OU FOI CONVIDADO A TOMAR PARTE EM REUNIÕES OU COMÍCIOS PROMOVIDOS PARA COMBATER IDÉIAS SUBVERSIVAS AO VERDADEIRO REGIME TRADICIONAL BRASILEIRO, ISTO É, DEMOCRÁTICO, REPUBLICANO E CRISTÃO? SIM OU NÃO. _____

É FAVORÁVEL À MANUTENÇÃO DO TRADICIONAL REGIME REPUBLICANO BRASILEIRO? SIM OU NÃO. _____

É PELA IMPLANTAÇÃO NO PAÍS DE UMA ESPÉCIE DESSSES GOVERNOS DITOS SOCIALISTAS, QUE NASCERAM E SE VÃO MANTENDO SOB A ÉGIDE DA CHAMADA "CORTINA DE FERRO"? SIM OU NÃO. _____

QUE REGIME DE GOVERNO JULGA SERIA IDEAL PARA O BRASIL ?
RESP. _____

TEM OUTRAS INFORMAÇÕES A PRESTAR QUE POSSA AUXILIAR A COMISSÃO NO DESEMPENHO DOS SEUS ARDUOS E PATRIÓTICOS TRABALHOS? SIM OU NÃO. _____

- 2 -

OBSERVAÇÕES:

- 1º - O presente questionário deverá ser integralmente preenchido e devolvido à Comissão por intermédio do seu secretário, SNR. ROQUE DOS SANTOS PAIVA, até o dia 5 de maio, improrrogavelmente.
- 2º - Nas perguntas cujas respostas comportam alternativas, sim ou não, assinalar com um traço a preferida.
- 3º - Será considerado como ato de rebeldia a uma ordem emanada do Governo através do Exmº Snr. Ministro da Educação e Cultura o não preenchimento deste Questionário e a sua não devolução dentro do prazo fixado.

OURO PRETO, 29 DE ABRIL DE 1964.

A COMISSÃO:

Antonio Pinheiro Filho
ANTÔNIO PINHEIRO FILHO - PRESIDENTE.

Moacyr do Amaral Lisboa
MOACYR DO AMARAL LISBOA .

Roque dos Santos Paiva
ROQUE DOS SANTOS PAIVA - SECRETÁRIO.

COM/lv.

ANEXO III

51130

Secretaria da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais

- DELEGACIA ESPECIAL DE POLÍCIA DE OURO PRETO

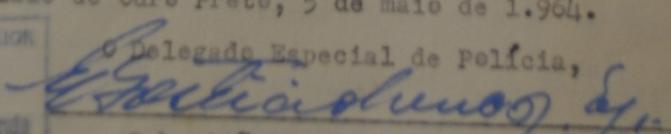
SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA
 DE
 MINAS GERAIS
 Delegacia de Polícia - O. Preto

Relação nominal dos elementos residentes no município de Ouro Preto, que foram prêsoes e enviados ao Departamento de Vigilância Social, em Belo Horizonte, como comunistas, agitadores e adeptos do partido vermelho, a saber:

| | |
|---|---------------------------|
| Anacleto Afonso Faria..... | Pedreiro |
| Luiz Severiano dos Santos..... | Eletricista |
| Antônio Carlos de Moraes Sarmento..... | Estudante de engenharia ✓ |
| Eduardo Teles de Barros..... | Estudante de engenharia ✓ |
| Márcio Antônio Pereira..... | Estudante de engenharia ✓ |
| Nuri Andraus Gassani..... | Estudante de engenharia ✓ |
| Benedito Gonçalves Xavier - médico..... | Atuante em Ouro Preto. |
| Júlio Armando Fuertes Arias..... | Vereador |
| José Paule Vasconcelos Gomes..... | Estudante de engenharia ✓ |
| Osamu Takanahashi..... | Estudante de engenharia ✓ |
| Frank Ulrich Helmut..... | Estudante de engenharia ✓ |
| Paule Roberto Haman Barcelos..... | Estudante de engenharia ✓ |
| Wagner Geraldo da Silva..... | Estudante de engenharia ✓ |
| Haroldo Pereira da Silva..... | Estudante de engenharia ✓ |
| Jaques Herskvic..... | Estudante de engenharia ✓ |
| Nelsen Maculan Filho..... | Estudante de engenharia ✓ |
| Sérgio Antônio Pretti Maculan..... | Estudante de engenharia ✓ |
| Eurico Leão de Miranda..... | Operário - C. de Campo |
| Aristides Cardozo Rorís..... | Comerciante |
| Ney de Almeida..... | Estudante metalúrgico |
| Odair Marinho Cota..... | F. Público Federal |
| João Evangelista Dias..... | Pedreiro |
| Sebastião Francisco..... | Vereador |
| José Silvério Mates Giovanini..... | Bancário |

Cidade de Ouro Preto, 5 de maio de 1.964.

SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA
 DE
 MINAS GERAIS
 Delegacia de Polícia - O. Preto

O Delegado Especial de Polícia,

 - Sebastião Lucas, Capitão -

51-31

- Secretaria da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais -

-DELEGACIA ESPECIAL DE POLÍCIA DE OURO PRETO

SECRETARIA DE SEG. PUBLICA
DE
MINAS GERAIS
Delegacia de Policia - O. Preto

Relação nominal dos elementos residentes e atuantes nesta cidade de Ouro Preto, que estão denunciados nesta Delegacia como comunistas, agitadores, doutrinadores e simpatizantes das doutrinas comunistas, mas que não foram prêses por terem fugidos da localidades, continuando, no entanto, sujeitos aos resultados das investigações policiais que proceguem.

- Antônio Cardoso Rorís.....vereador
- Kirki Jerônimo.....vereador
- Osvaldo de Magalhães Dias.....Professor
- Aderilho Fernandes ou Aderílio Fernandes.....
- Padre Luciano -Mariana e atua em O.Preto.
- Gerson Ferreira Lima.....Empregado Cia.Alumínio.
- Gabriel de Paiva.....
- Airton Martins.....
- Jesus Honório de Paiva.....
- Fernando Gomes Jardim.....Estudante da E. de Minas
- Anacleto de tal.....
- Maria de Jesus Epaminondas.....
- Antônio Pimenta.....Professor mat. construção.
- Afonso Celso Lana Leite.....
- Márcio Milico Martins.....Cia. Telefônica local.
- Orlando Vassoura.....Rua do Pilar
- Teninho Gramine.....
- José Teobaldo Vieira.....(Joe).....

Cidade de Ouro Preto, 5 de maio de 1.964.

SECRETARIA DE SEG. PUBLICA
DE
MINAS GERAIS
Delegacia de Policia - O. Preto

O Delegado Especial de Policia,
Sebastião Lucas
Sebastião Lucas, Capitão